

**UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**MESTRADO EM HISTÓRIA**

**VALDIR DE ALMEIDA PORTO**

**A FAZENDA JESUÍTICA DE SANT' ANNA DE MACAÉ NOS  
SÉCULOS XVII E XVIII**

**NITERÓI**

**2012**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universo  
Campus Niterói

P852f Porto, Valdir de Almeida.

A fazenda jesuítica de Sant'Anna de Macaé nos séculos XVII e XVIII / Valdir de Almeida Porto.-  
Niterói, 2012.

122p.

Bibliografia: p.115-122

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de  
Mestre em História do Brasil - Universidade Salgado  
de Oliveira, 2012.

Orientador: Dsc. Márcia Sueli Amantino.

1. Macaé (RJ) - História. 2. Jesuítas - Macaé (RJ)  
- História. 3. Fazendas - Macaé (RJ). 4. Brasil -  
História. I. Título.

Bibliotecária: Elizabeth Franco Martins CRB 7/4990

**VALDIR DE ALMEIDA PORTO**

**A FAZENDA JESUÍTICA DE SANT' ANNA DE MACAÉ NOS  
SÉCULOS XVII E XVIII**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em História do Brasil da Universidade Salgado de Oliveira como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marcia Sueli Amantino

Este trabalho é dedicado aos meus pais Madalena Porto e Domício Ferreira Porto Filho, exemplos de dignidade e muito trabalho para que eu e meus irmãos tivéssemos o sonho de uma vida melhor e, apesar de todas as dificuldades que tiveram que enfrentar na vida, com todas as adversidades e das poucas letras que tinham, sabiam fazer a leitura do mundo como poucos.

## AGRADECIMENTOS

À Professora e Mestra Marlene Salgado de Oliveira por ter acreditado no meu trabalho desde os idos de 1974, no ainda Colégio Dom Hélder Câmara de grandes realizações profissionais e aprendizagem de vida.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Sueli Amantino, pelo estímulo e também pela rigidez no fazer e no refazer do cotidiano do historiador. Obrigado pela paciência e sabedoria.

Aos professores do mestrado que sempre atuam com o objetivo de se alcançar o melhor na formação de seus alunos.

Ao amigo Prof. Sérgio Luís Schmidt pelas reprimendas quando falava em desistir deste trabalho.

Às minhas queridas irmãs Marilda e Marília, exemplos de dignidade e porto seguro nos momentos das minhas crises, sempre com uma palavra de confiança.

Aos meus sobrinhos Alberto, Fábio, Karla e Bianca e suas famílias que estiveram sempre presentes nos bons e difíceis momentos.

Ao Gustavo e ao Anderson que sempre estiveram juntos e que considero meus sobrinhos também, por suas opiniões sinceras.

Aos meus sobrinhos netos agradeço também pela paciência com o velho rabugento, mas com interesse sobre como estava sendo desenvolvido este trabalho.

Ao aluno Wallace Salgado de Oliveira que muito contribuiu com o velho professor na realização desse objetivo.

Alunos passam a ser nossos professores como é o caso de Maria Ortélia, aluna na graduação, colega no mestrado e agora me orienta lendo criticamente este trabalho. Muito obrigado mesmo a Ortélia e ao Alexandre que me ajudaram superar os desafios na construção dos gráficos e tabelas.

À outra aluna a Rita das Chagas que foi minha aluna na antiga Faculdade de Ciências e Letras de São Gonçalo, e hoje professora da Universo e que fez a versão do resumo deste trabalho para a língua inglesa.

Ao quadro docente do curso de História da Universidade Salgado de Oliveira, Campus São Gonçalo pelo estímulo à realização deste trabalho.

Aos meus alunos do curso de História da Universidade Salgado de Oliveira que sempre demonstraram compreensão e interesse sobre o andamento deste trabalho.

A todos os amigos que não estão mais por aqui, mas que continuam no reino de Memória.

## RESUMO

Esta pesquisa sobre a Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé nos séculos XVII e XVIII teve por objetivo explicar a ocupação da região norte da capitania fluminense e sua importância para a efetiva expansão portuguesa, com o controle da Baía de Guanabara e por extensão do comércio com o rio da Prata. Essa ocupação se iniciou com a concessão de uma sesmaria em 1630 aos índios Goitacazes às margens do rio Macaé como reconhecimento da sua luta contra os invasores da colônia portuguesa.

A fonte manuscrita mais antiga data de 10 de julho de 1775, cujo traslado é encontrado no Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ, Códice 81-20,23 e trata do inventário da Fazenda, e nessa fonte se encontra a relação dos escravos com o seu quantitativo de 112 homens e 105 mulheres, sendo esse equilíbrio não muito comum para a época estudada. Encontramos escravos com ofícios e a organização de 41 famílias. Outra fonte importante para o estudo da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé foi a "Cópia autêntica dos Autos de sequestro da fazenda dos pdes jesuítas da capitania do Rio de Janeiro, 1759. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 40-2-21-A.

Palavras chave: Fazenda Jesuítica – capitania fluminense – sesmaria – inventário – escravos com ofícios – sequestro da fazenda dos padres.

## ABSTRACT

This research on the Jesuit Farm of Sant' Anna of Macaé in the XVII and XVIII centuries aimed at explaining the occupation of the northern region of the captaincy of Rio de Janeiro and its importance for the effective Portuguese expansion, with the control of Guanabara Bay, and by extension, the trading activities with Rio da Prata. This occupation occurred with the concession of an allotment in 1630 to the Goitacaz Indians, on the banks of Macaé River, in recognition for their struggle against invaders.

The earliest manuscript source is dated of July 10<sup>th</sup>, 1775, whose transfer can be found in the archives of Ministry of Finances / RJ, Codex 81-20,23 and deals with the farm inventory, and in this source is found the relation of slaves, with the amount of 112 men and 105 women, this being an uncommon balance in the period under study. It was also possible to find slaves with crafts and the organization of 41 families. Another important source for this study was the Authentic Copy of the records of the seizure of the Captaincy of Rio de Janeiro Jesuit Priests' Farm, 1759. Files of Rio de Janeiro City, Codex 40-2-21a.

Keywords: Jesuit farm – captaincy of Rio de Janeiro – allotment – inventory – slaves with crafts – seizure of priests' farm

## SUMÁRIO

Introdução .....	1
Capítulo I- Os jesuítas na América portuguesa e o estabelecimento de seus poderes temporais .....	6
- O século XVII e o estabelecimento dos jesuítas no norte da Capitania Fluminense .....	20
- A Fazenda Jesuíta de Sant' Anna de Macaé no século XVIII .....	37
- A expulsão dos jesuítas da América portuguesa e a elaboração de Inventários e Autos de seqüestro .....	40
Capítulo II- O cotidiano da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé ..	50
Capítulo III- A Família Escrava na América portuguesa e na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé .....	67
- Demografia escrava .....	76
- Perfil da família escrava na Fazenda de Sant' Anna de Macaé .....	84
- Gráficos e tabelas .....	89
Conclusão .....	112
Fontes .....	115
Referências Bibliográficas .....	116

## INTRODUÇÃO

Ao estudar a Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé nos séculos XVII e XVIII, tive por objetivos principais procurar explicar o significado da ocupação da região norte da capitania fluminense para a efetiva expansão portuguesa na região e a garantia da ocupação desse ponto estratégico para a manutenção da Baía da Guanabara, como elemento de controle do Atlântico Sul e o comércio com o rio da Prata.

Cabe lembrar que a região era constantemente ameaçada pela presença de holandeses, ingleses e, em especial os franceses, que além de conquistar terras, estavam interessados em conseguir o ouro das Minas Gerais.

Outro aspecto que sempre achei fundamental para a compreensão da importância do norte da capitania fluminense foi compreender tal ocupação, a importância dos colégios e aldeamentos que formavam um verdadeiro escudo de norte a sul da capitania. A ação dos jesuítas no sentido da evangelização, era visto pelos próprios, como única fonte de salvação. Mas, ao receber grandes áreas percebe-se o envolvimento dos padres da Companhia nos negócios temporais, inclusive com a utilização do trabalho de escravos, o que podia parecer uma contradição, pois ao mesmo tempo em que defendiam os índios da escravidão imposta pelos colonos, a praticavam com os negros.

Finalmente, outro objetivo ressaltado foi esclarecer as conjunturas européias nos séculos XVII e XVIII, com destaque para a crise das monarquias ibéricas, frente à nova ordem internacional, em especial a portuguesa e como se deu a manutenção do seu império atlântico até o século XIX.

A fonte manuscrita mais antiga data de 10 de julho de 1775, cujo traslado é encontrado no Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ, Códice 81-20,23, e trata-se de um inventário da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, onde encontramos relação dos escravos. O que chama atenção é o equilíbrio entre a população escrava, sendo 112 homens e 105 mulheres, o que não era muito comum à época estudada, em especial nas fazendas com grandes plantéis. Encontramos escravos com ofícios e a organização de 41 famílias, sendo que algumas delas chegaram a atingir sua terceira geração.

Outra fonte manuscrita tratava da rematação da Fazenda de Sant' Anna de Macaé, determinada pelo Rei D. José I, no valor de 30:723\$023 e arrematada pelo Mestre Caldeireiro, Gonçalo Marques de Oliveira que a arrematou por apenas 560\$000.

Fonte importante para o estudo dos bens existentes na Fazenda de Sant' Anna é a "*Cópia autêntica dos Autos de sequestro da fazenda de Macahé dos pdes jesuítas da capitania do Rio de Janeiro, 1759 (1º Fascículo)*". 24 páginas de numeração manuscrita. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 40-2-21-A, que arrolava todos os bens materiais

encontrados na Fazenda após a expulsão dos jesuítas do império português.

A metodologia usada para se trabalhar os inventários foi a quantitativa com a construção das tabelas utilizadas nos Capítulos II e III, mas também a qualitativa no sentido de analisar que tipo de família era encontrado na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé.

\*

No primeiro capítulo destaquei as relações do Estado português com a Igreja, em especial com a Companhia de Jesus e sua influência sobre a Coroa, o que teria proporcionado a sua chegada à América portuguesa ainda no século XVI, com o primeiro Governador Geral, Tomé de Souza, em 1549.

Ainda no primeiro capítulo procurei demonstrar a atuação dos padres jesuítas com a criação de aldeamentos e Fazendas, especificamente na região deste estudo, o norte da capitania do Rio de Janeiro e as interações com o universo produto colonial, e não somente a evangelização e a pregação da fé.

Apresento neste capítulo a conjuntura de crise para o império português com perda de colônias, embora a duras penas fosse mantido o domínio do Atlântico sul até o século XIX.

A Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé no século XVIII passou ter mais importância, deixando de ser um simples pousio na rota de

Campos dos Goitacases e o Rio de Janeiro, resultado da ampliação da produção da cana de açúcar, do açúcar, com criação de dois engenhos e a ampliação da pecuária.

Trato ainda nesse capítulo I da expulsão dos jesuítas do império português e as crises geradas por questões como o Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica, o atentado a D. José I e a posição do Marquês de Pombal em promover a culpabilidade dos jesuítas, alegando ser necessária a sua punição exemplar com a expulsão do reino e o confisco de todos os seus bens, o que se deu em 1759, e se possível a sua extinção, ocorrida em 1773, pelo papa Clemente XIV.

\*

O capítulo II trata do cotidiano na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé com base no Auto de sequestro e inventário de 1759. Tentei entender a sua dinâmica, mas em muitos casos o que se encontra nos Autos é uma relação bens, mas que mesmo assim possibilita a compreensão da vida na Fazenda desde a atuação dos padres, os instrumentos e paramentos utilizados nos cultos, os ornamentos e imagens da Igreja e casa, os trastes usados nos engenhos, a comunicação e o transporte por carroças ou barcos, aproveitando a importância do rio Macaé para se chegar ao oceano. Um fato no mínimo curioso era administração da botica com todas as drogas relacionadas, que na verdade revelavam conhecimento, ser feita por um escravo de 70 anos, o Felipe Santiago.

\*

O capítulo III que trata da família escrava no Brasil colonial, se apresenta da seguinte maneira: a que trata das teorias e explicações sobre a escravidão e os negros de modo geral e no Brasil; a demografia da família escrava e o seu perfil na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, de acordo com o inventário de 1775, pude construir tabelas e gráficos, onde se confirma a existência das 41 famílias referidas, os escravos com ofícios e seus valores. Pode se perceber no estudo do perfil da população da Fazenda um grande percentual da população na faixa de produção econômica, entre 15 e 45 anos nota-se um percentual de 55,5%, com 60 homens e 54 mulheres, equivalente a 27,6% e 24,9%, respectivamente. A tabela que trata das etnias existentes na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, demonstra um percentual de crioulos que chegava a 40,5% da população cativa, mas 87% não tinham a sua etnia declarada no inventário. Neste capítulo também apresento os gráficos que caracterizam as ligações familiares inclusive por gerações, com famílias que conseguiram chegar à terceira geração, à segunda geração, famílias sem descendência, mas também aquelas que agregavam pessoas como os órfãos. Essa situação demonstra que a vida dos escravos não era de promiscuidade, havendo uma comunidade escrava com laços muito fortes e uma identidade cultural.

## **Capítulo I - Os jesuítas na América portuguesa e o estabelecimento de seus poderes temporais**

A ligação dos jesuítas com o projeto de expansão colonial português estava relacionada não só com os propósitos da própria ordem, mas também com os interesses da coroa portuguesa que tinha como uma de suas justificativas para a expansão, a catequização de povos.

Fundada em Portugal no século XIV, Ordem de Cristo tinha por objetivo substituir a Ordem dos Templários, extinta pelo papa Clemente V, em 1312. Este mesmo Papa havia determinado a incorporação de pessoas e bens que pertenciam à ordem dos Templários à Ordem dos Hospitalários, provocando a reação dos Templários devido a rivalidade existente entre as duas ordens de cavaleiros. A situação conflituosa ficou mais séria em Portugal devido à maior resistência do monastério de Tomar, reduto dos Templários. Dadas essas circunstâncias d. Dinis, fundou a Ordem de Cristo

com o objetivo de acolher os cavaleiros que se negaram em obedecer as determinações do papa.

Com o objetivo de administração e fiscalização das três principais instituições religiosas portuguesas, a Ordem de Cristo, a Ordem de Santiago e a Ordem de Avis, d. João III criou a Mesa da Consciência de Ordens, com poderes deliberativos e consultivos sobre o assunto e precipuamente das autoridades eclesiásticas no Vaticano, o que levou a suspeitas de Roma em relação a Portugal.

Desde os tempos que antecederam o início das conquistas ultramarinas, a reconquista da península ibérica aos mouros, a união entre cruz e coroa foi caracterizada pela instituição da patronagem real por parte das Coroas Ibéricas. O Padroado real português foi definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal que deveria patrocinar as missões católicas e os estabelecimentos eclesiásticos missionários nos domínios do Reino, de acordo com as bulas *Dum Diverso*, 18 de junho de 1452 e a *Romanus Pontifex* de 8 de janeiro de 1455, estabelecida pelo papa Nicolau V que concediam a D. Afonso V e ao Infante D. Henrique o direito de fundar e construir igrejas, enviando missionários para as terras descobertas e conquistadas. Em 1456, a *Inter Coetera*, firmada em por Alexandre VI concedeu à Ordem de Cristo e à Ordem de Avis, sucessoras da Ordem dos Templários, a jurisdição espiritual nos mesmos lugares ampliando os poderes do infante navegador.

A íntima e inseparável relação entre cruz e coroa, trono e altar, religião e império, foi uma grande preocupação para os monarcas, ministros e missionários. No auge do reinado de Carlos V, um poeta de Castela enalteceu o ideal de “um só rebanho para um só pastor sobre a Terra [...] um monarca, um império e uma espada”. Um século depois, o mais influente jesuíta português de sua época e geração assegurou ao monarca que Portugal fora criado por Deus com a finalidade específica de difundir a religião católica romana pelo mundo inteiro. “E, quanto mais Portugal agir de acordo com essa finalidade, mais certa e segura será sua preservação; quanto mais distanciar-se dessa finalidade, mais duvidoso e perigoso será seu futuro.”<sup>1</sup>

Segundo Charles Boxer, os monarcas foram autorizados pelo papa a construir e permitir a construção de todas as catedrais, igrejas, conventos e ermidas no âmbito de seus respectivos padroados, indicando à Santa Sé uma lista de candidatos adequados a todos os arcebispados, bispados e abadias, encaminhando “os postulantes a dignidades e cargos eclesiásticos de categoria inferior aos bispos pertinentes, [além de] administrar as jurisdições e receitas eclesiásticas, e vetar bulas e breves papais que não fossem primeiramente autorizadas pela chancelaria da Coroa”.<sup>2</sup>

O sentido do padroado foi observado na consolidação das monarquias ibéricas e no combate aos infiéis, privilégios foram cedidos pela Igreja, e através dos padres seculares e regulares se consolidou a presença do Cristianismo na América, em especial a América Portuguesa. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica – 1140 – 1770*. São Paulo: Companhia as Letras, 2007, p. 97-98.

<sup>2</sup> BOXER, Charles R. *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica*, p. 99.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p.81.

As coroas ibéricas associaram-se à Igreja no projeto colonial, dando missões religiosas a função de expandir a evangelização e abrir novas fronteiras. Por intermédio do Padroado Real Português, Coroa e Igreja estabeleciam uma aliança estreita, definindo direitos e deveres, que conferiam à primeira o título de “patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil”. As ordens religiosas, muito superiores ao clero secular em termos éticos, disciplinares e intelectuais, tiveram então, por iniciativa do próprio monarca português, um papel essencial na colonização do Brasil: encarregavam-se da evangelização dos índios, com o objetivo de transformá-los em súditos cristãos que garantiriam a ocupação do território sob a administração portuguesa e constituiriam a mão de obra necessária a ser repartida entre colonos, missionários e a Coroa.

A Companhia de Jesus apresentava características diferenciadas em relação às outras ordens e ao clero regular. Em virtude do voto que faziam de prestar obediência apenas ao seu superior e ao Papa, não ficavam presos as regras ou aos condicionantes do sistema do padroado. Esta mobilidade maior lhes trouxe alguns problemas e desencadearam, anos depois, sua expulsão do império português e, mais tarde, do espanhol.

A Companhia de Jesus demonstrou em várias circunstâncias, o seu poder, ultrapassando em muitos casos os poderes passados por Roma aos soberanos lusos, o que provocou críticas ferrenhas da sociedade colonial sobre sua interferência e interpenetração dos poderes temporal e espiritual, confirmando o seu caráter internacional no que se referia às suas atividades missionárias, mas também com relação à origem de seus membros. Devido ao seu sentido pragmático, ao se intitularem soldados de Cristo, os jesuítas estavam sempre em ação no sentido da catequese ao mesmo tempo em que se envolviam com questões materiais, aproveitando-se das mercês, graças, livre trânsito no terreiro real e isenções alfandegárias sobre o

comércio, o que nos impede em saber o valor real de suas transações mercantis.

A autonomia dos jesuítas era muito grande também em relação à administração colonial, que segundo Paulo de Assunção<sup>4</sup> “o único elo entre eles eram os princípios do espírito cristão e da unidade de organização”. Essa situação resultava em uma gestão heterogênea e instável, o que exigiu dos padres, além da formação religiosa, conhecimentos em relação ao sistema produtivo.

Uma das formas encontradas pela Companhia para manter a unidade entre seus membros foi a exigência da escrita de cartas que deveriam ser trocadas entre os colégios a fim de que todos soubessem o que ocorria em cada parte do mundo onde os jesuítas estavam. A instituição epistolar muito utilizada pelos jesuítas estava baseada na redação periódica de correspondência, quando era feita a prestação de contas e pediam ajuda para suas atividades de campo, criando os jesuítas instrumentos que garantiam, por parte dos missionários, estarem de conformidade com as normas institucionais.

Analisando a circular de 1547 do p. Juan Polanco, secretário perene da ordem, com o intuito de explicar as razões pelas quais deveriam manter uma correspondência, José Eisenberg chegou à conclusão de que a

---

<sup>4</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano dos Bens Divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p.24.

instituição epistolar era a espinha dorsal da empresa jesuítica missionária no século XVI, identificando três grupos principais<sup>5</sup>:

1-A redação de cartas contribuía para o bem interno da Companhia porque promovia a união dos corações dos irmãos e ajudava o governo da ordem;

2-A correspondência produzida o bem externo da Companhia, pois ajudava a atrair novos membros e permitia pessoas de fora da instituição pudessem saber de seu trabalho e contribuir com ele de alguma maneira;

3-A redação das cartas promovia o bem privado do correspondente, pois o conhecimento das atividades dos outros membros tornava a vocação mais sólida e o ministério mais humilde e diligente.

As cartas, cartas ânuas e documentos dirigidos aos padres superiores demonstram o jogo político e econômico que havia entre jesuítas, nobreza, monarca, funcionários da coroa, mercadores e escravos em relações nem sempre amistosas e tranquilas. Essas cartas revelam ainda como a Companhia de Jesus interagiu com o universo produtivo colonial e se valeu do sistema de produção de gêneros ou a criação de animais para o consumo das residências e colégios.

A particularidade da administração temporal nas propriedades da Companhia de Jesus é que esta gozava de alguns benefícios reais que permitiam uma autonomia em relação às obrigações impostas pelo sistema colonial, tendo em vista o reconhecimento do papel fundamental do jesuíta na defesa do

---

<sup>5</sup> EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno- encontros culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.p.50.

cristianismo. Tais privilégios favoreciam suas propriedades, cuja produção, praticamente, era comercializada com isenção de taxas e de impostos reais. Contudo, no início do século XVIII, verifica-se uma sensível orientação deterioração e decadência da Instituição, sendo em parte reflexo da situação econômica enfrentada pelas unidades produtivas jesuíticas e pela degeneração da relação com a sociedade civil em diversas partes da Europa e da América.<sup>6</sup>

Os inicianos chegaram à América portuguesa com o primeiro Governador Geral Tomé de Souza e se destacaram das demais ordens, devido ao seu papel na integração dos índios à Colônia, alcançando grande poderio econômico e político, com participação no combate à escravização dos indígenas e às invasões patrocinadas por franceses, holandeses e ingleses que estiveram presentes no litoral da América Portuguesa desde o século XVI, procuraram atrair os nativos que combatiam os portugueses. No Rio de Janeiro a companhia chegou durante as disputas contra os franceses e seus projetos de fixação na Baía da Guanabara, área privilegiada pela pirataria européia, estimulada que foi pelo escambo com as populações nativas e pelo contrabando com os colonos, em especial do pau Brasil. Nessa região, navegadores europeus de procedências variadas fizeram apresamentos de naus portuguesas e saques às vilas costeiras, como por exemplo:

A expedição a Cabo Frio, em 1575, aniquilou o foco organizado de resistência aos brancos do Rio, não suprimiu os recessos da região, aonde com o tempo, além dos franceses, vieram também os holandeses, e em setembro de 1615 foram expulsos os ingleses, por Constantino Menelau, com a ajuda dos índios das Aldeias dos Jesuítas. Para evitar a repetição das incursões estrangeiras, determinou-se em 1616 que lá se fundassem uma cidade e, como apoio, duas

---

<sup>6</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos*: 2004.p.25.

Aldeias de Índios, uma no rio Macaé, com índios da Aldeia de São Lourenço, outra no Rio de Peruíbe na Baía Formosa, que banha a Ponta dos Búzios.<sup>7</sup>

O mapa a seguir permite observar a importância da presença da Companhia de Jesus na Capitania do Rio de Janeiro, com suas fazendas de Santa Cruz, Colégio do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo, São Cristóvão, Engenho Velho (São Francisco Xavier), Engenho Novo (São Miguel), Macacu, Saco de São Francisco Xavier, Campos Novos, Sant' Anna de Macaé e Campos dos Goitacases que, juntamente com as aldeias de São Francisco Xavier, São Barnabé, São Lourenço, São Pedro do Cabo Frio, formavam um escudo na defesa e evangelização da terra, no dizer de Renato Pereira Brandão.<sup>8</sup> A importância dos aldeamentos também foi ressaltada por Maurício de Almeida Abreu:

Ao findar a terceira década do século XVII, os aldeamentos do Rio de Janeiro, estrategicamente posicionados funcionavam como verdadeiro anteparo defensivo da cidade [Rio de Janeiro], protegendo-a por todos os lados. Contava-se com São Lourenço para fornecer indígenas para as fortalezas, sobretudo a de Santa Cruz da Barra, e para combater os inimigos que lograssem penetrar a baía de Guanabara. Localizado no vale do Macacu, o aldeamento de São Barnabé protegia a cidade de incursões vindas do interior, podendo também, por sua localização no entrecruzamento de antigos caminhos indígenas, acudir rapidamente a qualquer emergência vinda do cabo Frio, do litoral de Maricá e do Recôncavo da Guanabara. Itinga e Mangaratiba defendiam a cidade de incursões e desembarques na “Ilha Grande”, controlando as barras de Marambaia e Cairuçu. Finalmente, São Pedro desempenhava papel crucial em todo o sistema: localizado no cabo Frio, ponto em que as embarcações procedentes do norte necessariamente se aproximavam da terra para atingir a Guanabara, esse aldeamento não apenas impedia desembarques

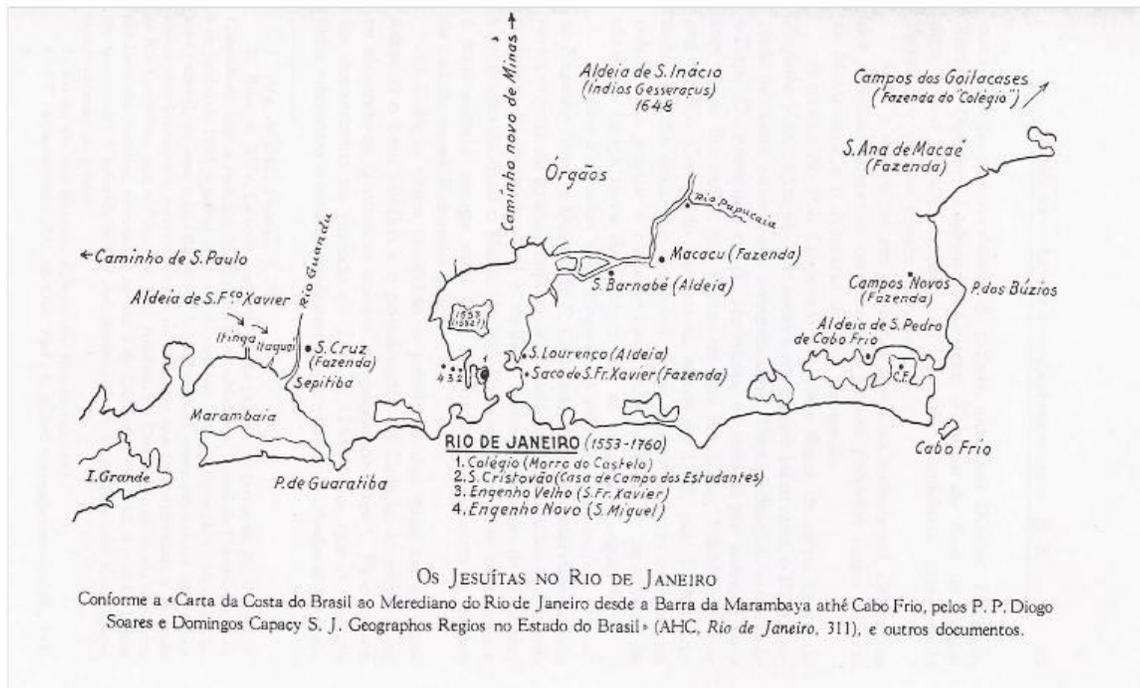
---

<sup>7</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI (século XVI – o estabelecimento: Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 2000, p. 119.

<sup>8</sup> BRANDÃO, Renato Pereira. A Companhia, Gusmão e Pombal: do Tratado de Madri à expulsão do Império *In Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 170, n. 443, abr/jun. 2009, p. 39-40.

entre o rio Macaé e o cabo [frio], como também serviam de atalaia avançada, comunicando rapidamente à cidade e a São Barnabé a aproximação de eventuais navios inimigos.<sup>9</sup>

## OS JESUÍTAS NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO



A expansão dos jesuítas na capitania se tornou cada vez mais evidente, proporcionada pela formação de verdadeiros latifúndios, além dos

<sup>9</sup> ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*. Rio de Janeiro. Andrea Jakobsson Estúdio: Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. v 1. p.191.

privilégios dados pela Coroa e pelos seus representantes. A situação chegou a tal ponto que a Câmara do Rio de Janeiro, em 1718 escreveu ao monarca D. João V, solicitando ações que inibissem o crescimento exagerado das terras dos jesuítas, o que causava vários inconvenientes e ainda acusavam os religiosos de não pagarem impostos, além de explorarem os índios nas suas terras, mas os governadores davam pareceres contrários, alegando que o apoio dos jesuítas durante o ataque efetuado pelos franceses, em 1711, inclusive praticando assistência à população, tinha sido muito importante; tanto material como espiritualmente. Com o objetivo de tentar resolver esses problemas que existiam desde o final do século XVII, entre os jesuítas e outras ordens e colonos. Para resolver esses problemas, o Pe. Antonio Forte propôs ao padre provincial que deixassem algumas fazendas, sendo muito mais conveniente reduzir todas as fazendas a uma que seria de mais proveito, pois custavam muito visitar e as fazendas Goitacases e Macaé, sendo o caminho estéril e muito difícil para conduzir o gado. Paulo de Assunção utilizou as palavras do padre Antonio Forte ao argumentar que:

os padres que o antecederam cometeram o erro de preservarem aqueles currais, pois diminuíram em muito o rendimento de Santa Cruz; e, analisando a conjuntura da colônia naquele momento, lembrava que quando Pernambuco fosse restaurado, provavelmente as propriedades ficariam muito pobres, porque os engenhos do Rio de Janeiro deveriam vender menos. Tratando-se do mesmo assunto em outra carta, o religioso relembra suas observações, acrescentando que o gado das fazendas de Goitacases, Macaé e Macucu

poderia ser vendido e com isto 'ajuntar uns poucos mil cruzados, e fazer juro em Portugal'.<sup>10</sup>

O sucesso dos jesuítas, conseguido com base na utilização da mão-de-obra escrava africana e no trabalho dos índios aldeados, provocou descontentamento, quase sempre com choques violentos, com os senhores de terras que utilizavam em suas fazendas índios cativos e eram sempre condenados pelos jesuítas que buscavam apoio do rei de Portugal, quando conseguiram a declaração da liberdade dos índios que viviam na América Portuguesa. Desde o alvará de 30 de julho de 1609 do Papa Urbano VII, reconhecendo a liberdade dos índios ninguém mais poderia aprisionar ou vender índios no Brasil, sob a ameaça de excomunhão. Com isto, estava garantida, pelo menos teoricamente, a liberdade aos índios aldeados e aliados, e afirmava-se que ao serem livres, eram senhores de suas terras nas aldeias, passíveis de serem requisitados para trabalhos para os moradores e defesa da colônia. Segundo Perrone-Moisés,<sup>11</sup> os jesuítas eram encarregados inicialmente, não apenas pela catequese 'governo espiritual', como também pela organização das aldeias e repartição dos trabalhadores tanto da aldeia quanto para moradores e para a Coroa (governo temporal). Outro argumento levantado por esta autora refere-se aos problemas e contradições da colonização:

---

<sup>10</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos*, p.189.

<sup>11</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios Escravos – Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII) *In História dos Índios no Brasil/org. Cunha. Manuela Carneiro da*. São Paulo: Cia. das Letras, Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 115-132.

Na pessoa dos administradores das aldeias, encontram-se investidos os dois grandes motivos de toda a colonização, marcados na prática, pela contradição: a conversão e civilização dos índios e sua utilização como mão-de-obra essencial. [...] O aldeamento é a realização do projeto colonial, pois garante a conversão, a ocupação do território, sua defesa e uma constante reserva de mão-de-obra para o desenvolvimento econômico da colônia.<sup>12</sup>

Havia apenas duas alternativas para a escravização indígena: o resgate que era resultado da compra de prisioneiros de guerra dos seus vencedores, e uma das justificativas era a salvação do prisioneiro, pois aqueles que o resgatavam podiam usar dos seus serviços desde que os convertessem e os civilizassem, tratando-os bem. Característica importante do resgate era o cativo não ser ilimitado, o cativo poderia ser livre se pagasse o preço do seu resgate, o que não ocorria só em casos excepcionais, quando a escravidão era pelo resto da vida.

As causas legítimas de guerra justa seriam a recusa à conversão ou o impedimento da (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a quebra de pactos celebrados. Como precursor da doutrina da guerra justa em Portugal é sempre citado o franciscano Álvaro Pais que, no século XIV, a havia definido em função de vários fatores: só haveria guerra justa se preexistisse uma injustiça do adversário, se fosse conduzida com boas intenções (não seria justa a guerra movida por ambição, ódio ou vingança), se fosse declarada por uma autoridade competente (um príncipe ou a Igreja).<sup>13</sup>

Ao reagirem às leis de liberdade, os moradores não apelavam somente para a necessidade de braços sem os quais a colônia não sobreviveria. Ao defenderem os princípios básicos dessas leis, como a

---

<sup>12</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e Índios Escravos, p. 120.

<sup>13</sup> PERRONE-MOISÉS. Beatriz. Índios livres e Índios Escravos, p. 123.

salvação das almas e a civilização dos índios, afirmavam a impossibilidade de sua realização através da liberdade, em face da barbárie em que se encontravam os gentios, e que só o cativo permitiria a conversão e a civilização dos índios, e para tal, deveria ser legitimado, partindo do argumento de que os missionários responsáveis pelas aldeias não cumpriam suas obrigações, negando-se a fornecer índios aos moradores que alegavam hostilidades tanto dos índios como dos jesuítas.

De acordo com a lei quanto ao cativo lícito, os foragidos eram mantidos nas aldeias ou devolvidos aos seus senhores, mas os missionários se recusavam fazê-lo, passando a ter o aldeamento o caráter de liberdade, o que tornava comum índios escravizados por colonos procurarem refúgio nas aldeias. Essa situação deu origem a vários conflitos na colônia, gerando vasta legislação como a Lei de 1680, baseada nas chamadas justas razões de direito, regulando a guerra justa e o resgate.

Essas posturas geraram confronto direto com os princípios de tratamento para todos os índios aldeados e aliados que até o início do século XVIII tinham por base a religião, isto é, a conversão dos índios, sendo que a partir daí foram também invocados interesses econômicos da colônia e, também, a salvação da alma, substituída pela idéia de felicidade inerente à vida civilizada e sujeita as leis positivas.

A guerra justa foi o principal caso reconhecido de escravização legal e deveria se aplicada aos povos que não aceitavam a fé cristã. Foram suas causas a recusa à conversão ou o impedimento da propagação da fé, a

prática de hostilidades contra os vassallos e aliados dos portugueses e a quebra dos pactos celebrados, acrescentados pela antropofagia.

Foi a guerra justa possibilidade indiscutível de escravização lícita e a importância dada a ela pelos colonizadores era constante, embora os reis procurassem sempre evitá-la, tendo por base o princípio de que o aldeamento era a realização do projeto colonial, a guerra era a sua negação.

Apesar dos jesuítas lutarem contra a escravização de grande parte dos indígenas, e, portanto, ficarem em situação conflituosa com os colonos, a ordem interagiu com o universo produtivo colonial e se valeu do sistema para a produção de gêneros ou a criação de animais para o consumo das residências e colégios. Ao estarem envolvidos com a produção de açúcar, foram forçados a manter relacionamento com produtores, lavradores, escravos e comerciantes coloniais, adotando práticas administrativas similares às dos senhores de engenho, tais como, a falta de liquidez, a dependência de crédito, a manutenção dos meios de produção, o transporte e encargos de distribuição, acrescidas aos deveres espirituais dos jesuítas.

As fazendas jesuíticas eram possuidoras de grandes áreas de terra e trabalhadas por foreiros, escravos negros e índios aldeados, conseguindo dessa maneira reunir um número significativo de mão de obra, que chegava a centenas, como os da Fazenda de Sant' Anna de Macaé, que atingiam o número de 217 escravos produzindo para abastecer os aldeamentos e os colégios.

## **O século XVII e o estabelecimento dos jesuítas no norte da Capitania fluminense**

No século XVII, a Europa passou por uma conjuntura de expansão da política mercantilista, o que levou à contestação do poder das monarquias ibéricas. Em decorrência destes conflitos, ocorreram as invasões holandesas no nordeste da América Portuguesa, primeiro na Bahia em 1624, que além de ser o centro do poder na colônia, era grande produtora de açúcar, em especial na área do Recôncavo. Lá, não obtiveram sucesso, organizando então uma sociedade por ações, a Companhia das Índias Ocidentais com o objetivo específico de invadir Pernambuco, maior produtor de açúcar da colônia, o que se deu em 1630.

Esta década se apresentou como uma conjuntura de crise do império marítimo português, quando conflitos provocaram a perda definitiva de colônias, em especial no Oriente, agravando ainda mais a crise econômica e política que atravessava o império. As sociedades ibéricas foram as mais afetadas por não terem percebido esse momento, mantendo sua visão aristocrática de sociedade do antigo regime e não percebendo a crise estrutural que atravessavam<sup>14</sup>. Daí não terem sentido a necessidade de acumulação de capital. Mas neste mesmo século XVII, embora possa

---

<sup>14</sup> FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)* João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Silva Gouvêa, organizadores. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 70.



Por muito tempo franceses, holandeses e ingleses, estavam presentes nas costas do Brasil e do Rio de Janeiro em particular e, a partir do final do século XVII, a capitania do Rio de Janeiro foi cada vez mais ameaçada por navios de diferentes nações e o eixo dinâmico do império colonial português já havia se afirmado definitivamente no Atlântico, cabendo às possessões orientais um papel secundário, resultado da mudança do poderio e hegemonias dos países ibéricos, dominantes no mundo ultramarino ao longo da chamada era dos descobrimentos, que acabaram perdendo a dianteira para novas potências,

O recuo ibérico tornou-se irreversível, marcado pelas dificuldades econômicas e políticas internas dos Estados metropolitanos e pela impossibilidade de fazer frente às recém criadas companhias de comércio estrangeiras, organizadas de forma mais moderna e eficiente, tanto no aspecto econômico quanto no plano militar. Por outro lado, a concorrência ultramarina passou a se entrelaçar cada vez mais com as questões que pontuavam a disputa pela hegemonia na Europa. Equilíbrio europeu e concorrência colonial tornaram-se, pois, dois lados de uma mesma moeda, marcando a política internacional durante toda a centúria seguinte.<sup>16</sup>

A ocupação holandesa em Pernambuco foi duradoura (1630/1651/2) porque teve o apoio da elite produtora de açúcar, carente de investimentos para a expansão de suas atividades econômicas, que passava por dificuldades desde o início da União Ibérica. Somente após a restauração com os Bragança e as alterações políticas e econômicas na Europa e no Nordeste açucareiro, os holandeses deixaram a região de Pernambuco.

A união das coroas de Portugal e de Castela em 1580 integrou no jogo político europeu um Brasil que até então se limitara ao papel de eventual ponto de atrito

---

<sup>16</sup> BICALHO, Maria Fernanda. *A Cidade e o Império - o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 51.

das relações luso-francesas. D. João III procurara alhear-se das questões européias para concentrar-se na exploração do império ultramarino, o que não significa que tivesse ficado indiferente ao equilíbrio de poder na Europa e as suas repercussões, inclusive devido à sua aliança com o cunhado Carlos V.<sup>17</sup>

Nesse período (1580-1640) a América Portuguesa teve seu destino ligado ao da monarquia espanhola, com todos os ônus e bônus, com destaque para a perda de possessões ultramarinas para os inimigos da Espanha, e o ultramar português se tornou o alvo dos ataques das potências protestantes como a Inglaterra e os Países Baixos, afirmando Antonio Carlos Jucá de Sampaio que <sup>18</sup>

A principal dessas transformações foi a União Ibérica. A unificação das duas Coroas sob a égide de um único monarca abriu as portas da América espanhola (e, portanto à sua prata) tanto aos comerciantes metropolitanos quanto aos colonos da América portuguesa, uma história cujos fatos já são sobejamente conhecidos. Para o Rio de Janeiro, especificamente, tal união representou o acesso à região do rio da Prata, a qual a partir daí faria sempre parte dos interesses fluminenses. O principal elemento de ligação entre as duas áreas era o tráfico de escravos.

A partir daí a situação dos Países Baixos ficou bastante crítica, primeiro porque a pressão espanhola no sentido de fazer a sua reanexação ao império era muito forte. Além do que, as pressões inglesas foram intensificadas, principalmente com os Atos de Navegação, medidas protecionistas que tinham por objetivo garantir o predomínio da concorrência inglesa, em relação a sua política mercantilista.

---

<sup>17</sup>MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal – História e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 63.

<sup>18</sup>SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. *Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650- c, 1750)* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 63.

Objetivamente, ao final de um longo período de conflitos, a república holandesa não conseguiu manter a incontestável hegemonia marítimo-comercial de que desfrutou até os anos 1670. A Companhia das Índias Orientais continuou atuando no comércio de grande escala com a Índia, China e demais regiões asiáticas. Assim como seus comerciantes negociavam também nas Américas e na África, transportando açúcar, rum, escravos, etc. Amsterdã ainda se manteve, até o início do século XVIII (provavelmente até os anos 1720) como a cidade mais rica da Europa e do mundo, quando foi, então, *desbancada pela emergente Londres, que se tornaria, a partir daí, o novo centro da economia-mundo européia*, na compreensão de Fernand Braudel. Depois que o *Stadholder* Guilherme II de Orange tornou-se rei da Inglaterra, em 1689, com o triunfo da Revolução Gloriosa, os comerciantes e financistas holandeses transferiram parte dos seus negócios para a cidade de Londres, num claro indício de que uma grande mudança das relações comerciais mundiais estava começando a se manifestar.<sup>19</sup>

O medo em relação às invasões, existente desde o século XVI, não só de holandeses, mas também de ingleses e franceses passou a ser uma constante no cotidiano da Capitania, e em especial da cidade do Rio de Janeiro, cada vez mais assediada por embarcações de diferentes nações, passando a metrópole a fazer uma verdadeira enxurrada de leis, alvarás e proibições acerca do modo como as autoridades coloniais deveriam proceder na assistência e fornecimento de mantimentos, serviços e préstimos a esses navios. Essas prescrições eram pouco respeitadas, ocorrendo muitas das vezes com a cumplicidade, ou mesmo iniciativa, dos funcionários encarregados de controlar essa assistência aos navios que aportavam na cidade.

Em 1614 foi descoberto um plano inglês para a ocupação das áreas do litoral entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro com o estabelecimento

---

<sup>19</sup>SOARES, Luiz Carlos. As guerras comerciais no século XVII: uma "longa guerra" entre as potências européias. In *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*, org. Rodrigo Bentes Monteiro e Ronaldo Vainfas. São Paulo: Alameda, 2009, p. 235.

de feitorias. Tal plano foi desbaratado pelo Capitão mor Constantino Menelau que a essa época provavelmente estivesse ligado à prática do contrabando, mas teve a ordem para estabelecer na área de Cabo Frio um povoamento chamado de Santa Helena do Cabo Frio e também a criação de uma fortaleza com o objetivo de impedir novas ameaças que recebeu o nome de Santo Ignácio, fundador da Companhia de Jesus. Por suas atuações contra os possíveis aliados, recebeu como recompensa o cargo de governador de Cabo Frio. A tentativa de conter e rechaçar a presença de estrangeiros na capitania do Rio de Janeiro estava intimamente ligada ao povoamento da terra, criando aldeamentos em Macaé e Peruíbe, como observa Márcia Amantino.

Em 1616, o jesuíta João Lobato, superior da Aldeia de São Barnabé, encarregado de cumprir a ordem, chegou à conclusão de que não havia índios suficientes nas outras aldeias para se erigir aldeamentos em Macaé e em Peruíbe, como posteriormente determinaram. Decidiu fundar apenas um na região de Jucuruna, hoje, São Pedro da Aldeia, com índios vindos do Espírito Santo, mais precisamente, do aldeamento da Reritiba (Anchieta). Além deste movimento do Jesuíta João Lobato, havia outro no mesmo sentido. Em 20 de abril de 1617, o Capitão-Mor Martin de Sá, respondia uma carta do Rei Filipe II onde este lhe ordenava que descesse índios e os aldeasse em Cabo Frio para “impedir a desembarcação [sic] que os inimigos fazem naquela costa, assim os que vão carregar pau Brasil como os que pretendem passar pelo estreito de Magalhães ao Mar do Sul que de ordinário fazem aguadas e se provém de mantimentos”. Assim os esforços se coadunaram e, no mesmo ano, o aldeamento de São Pedro do Cabo Frio foi fundado com 500 índios vindos da Capitania do Espírito Santo na localidade escolhida pelo religioso de São Barnabé, ou seja, em Jucuruna.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup>AMANTINO, Márcia. Macaé nos séculos XVII e XVIII: catolicismo e povoamento *In Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (século XVII ao XIX)*. AMANTINO, Márcia, RODRIGUES, Cláudia, ENGEMANN, FREIRE, Jonis. (org.) – Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

O perigo de novas invasões ao território da América Portuguesa continuou sendo determinante no processo de ocupação da terra e com esse objetivo foi criada pela coroa, em 1619, a capitania Real de Cabo Frio, diretamente subordinada à autoridade colonial da Bahia, mas dependente da capitania do Rio de Janeiro no que se referia a fiscalização e arrecadação. Com a necessidade de ampliar a segurança da terra, o governador Geral, Gaspar de Souza determinou que se estabelecesse de cem a duzentos índios em aldeia sobre o rio Macaé, defronte a ilha de Sant' Anna, sendo também levantada outra semelhante no Seripe (Rio das Ostras), onde os inimigos continuavam cortando as madeiras corantes, em especial o pau-brasil, também conhecido por ibirapiranga ou ibirapitanga. A determinação do governador era que os índios aldeados deveriam ser carijós trazidos da Vila de São Paulo e também que cada aldeamento seria entregue a um jesuíta, o que reforçava ainda mais a ligação entre colonização, doutrinação e escravidão.

Os aldeamentos desde o século XVI eram identificados como meio de defesa do território e deveriam estar próximos aos engenhos, contribuindo inclusive, com a segurança da região. Apesar de todas as medidas, as tentativas de desembarques estrangeiros na região do Rio de Janeiro ocorreram nos anos de 1617, 1618 e 1630, sendo rechaçadas pelos índios aldeados de São Pedro do Cabo Frio e pela fortaleza situada em Cabo Frio. Constantino Menelau que até então mantivera uma postura dúbia em relação ao contrabando realizado no litoral da Capitania do Rio de Janeiro, até que sendo ludibriado, informou ao Rei em 1625 sobre a presença de

naus inglesas, tendo o invasor estabelecido fortaleza com artilharia para continuarem contrabandeando o pau-brasil, com grande guarda e vigia. A insistência dos traficantes não recuava frente às reações das autoridades que sabiam ser a área de grande estratégia e que não poderia ser perdida.

O objetivo das autoridades passou a ser o estabelecimento de núcleos populacionais capazes de desbaratarem os contatos travados entre estrangeiros e os indígenas, atraindo-os e tornando-os súditos da Coroa Portuguesa, na verdade aliados. O Rio de Janeiro foi ocupado por razões estratégicas e suas condições geográficas contribuíram para que mantivesse sempre suas funções militares e defensivas, para as quais as aldeias indígenas desempenharam papel fundamental e o grande chefe temiminó Araribóia, foram concedidas terras escolhidas por ele na banda d'além, passadas por escritura de sesmaria<sup>21</sup>. O aldeamento de São Lourenço, sob sua direção e administração especial e temporal dos padres da Companhia de Jesus, iniciou a política de aldeamentos no Rio de Janeiro, pois era grande a expectativa das autoridades coloniais e metropolitanas em relação aos temiminós, seus aliados, visto como novos súditos cristãos do rei e que constituíam a principal força militar contra os índios hostis e os estrangeiros.

Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel Corrêa, Duarte Corrêa, Manoel Aires Maldonado, Antonio Pinto, João de Castilhos e Miguel Riscado os chamados Sete Capitães que haviam participado da expulsão dos franceses e tamoios do Rio de Janeiro e da Capitania de São Vicente solicitaram do

---

<sup>21</sup> ALMEIDA, MARIA Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*: 2003.p. 82-83.

Capitão-mor do Rio de Janeiro Martim Corrêa de Sá, que lhes desse em sesmaria as terras incultas e despovoadas que iam da barra do rio Macaé até a do Iguaçu, ao norte do cabo de São Tomé, com entrada para o sertão até o alto da serra, o que foi deferido em 19 de agosto de 1627, com a condição de levantarem engenhos, pagarem os donatários a pensão e o foro que lhes parecesse e os dízimos do Mestrado da Ordem de Cristo. Essas terras doadas aos Sete Capitães não tiveram a produtividade e o sucesso esperados e, em vinte anos, poucos benefícios tiveram, até porque os donatários ao fixarem as competentes divisas, praticamente se retiraram para o Rio de Janeiro, onde se estabeleceram com lucros mais garantidos, deixando as terras a cargo de administradores. Tais administradores ou porque tinham que lutar contra os índios, ou por indolência e, principalmente pela ausência dos proprietários, tratando somente de ver a criação de alguns animais e a produção de cereais.

Em virtude de uma série de questões, grande parte dessas terras ficou abandonada e foi sendo ocupada sistematicamente por pessoas variadas. Lamego,<sup>22</sup> apresenta como motivos que concorreram para que as capitâneas dos sete capitães crescessem irregularmente: as lutas contra os índios, as indisciplinas dos colonos e as rivalidades entre capitães donatários, quando Salvador Corrêa de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro, obrigou os sete capitães a dividirem suas terras em doze quinhões, por uma escritura de composição, de março de 1648, obedecendo à seguinte partilha: quatro e meio para os capitães e seus

---

<sup>22</sup> LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos*. In *Anuário Geográfico do Rio de Janeiro*, IBGE, 1958. Nº 18, p.11.

herdeiros; três para o próprio general Salvador; três para os padres da Companhia de Jesus; um para o capitão Pedro de Souza Pereira; e, meio para os frades de São Bento, com essa nova divisão, os padres ganharam um quarto das terras disputadas e que foram organizadas em três fazendas: a de Campos dos Goitacazes, também conhecida como fazenda do Colégio, Campos Novos e Macaé.<sup>23</sup>

Segundo Lamego, a ambição do general Salvador Corrêa de Sá e Benevides sobre a planície goitacá, foi mais longe quando em 15 de setembro de 1674, conseguiu para os seus filhos Martim Corrêa de Sá e João Corrêa de Sá, a doação da capitania de São Thomé, embora esta já houvesse sido transformada em Capitania de Paraíba do Sul, como também pode se observar em Almeida<sup>24</sup>.

Como consequência de todas essas preocupações e para resolver problemas fundiários na região, em 1630, houve a distribuição de sesmarias na Capitania da Paraíba do Sul, tanto para ordens religiosas quanto para particulares que tivessem condições de proteger a região, com o estabelecimento de fazendas, aldeamentos e vilas, mas o que aconteceu na realidade foi o surgimento de mais conflitos pela posse da terra.

Neste mesmo ano, o Padre Francisco Fernandes, encaminhou uma petição ao Capitão-Mor governador da cidade do Rio de Janeiro, Martim de Sá lembrando que foram os índios do aldeamento de São Pedro de Cabo

---

<sup>23</sup> ALDEN, Dauril . Chapter 15, The Economic Foundations of a Enterprise: The Acquisition of Lands *In The Making of an Enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its Empire, and Beyond – 1540-1750*. Stanford University Press. Stanford, California, 1996, p. 379-380.

<sup>24</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas*. p. 88.

Frio, os responsáveis pelo impedimento do desembarque dos holandeses na região e também pelo fim do contrabando de pau-brasil na área e que, “antes da dita Aldeia ali estar, levavam muitas naus carregadas, o que depois disso cessou, e também para haverem temor de fazer fortaleza; o que tudo se conseguiu.” Continuava a petição lembrando o sucesso dos aldeados que “mataram obra de duzentos holandeses”. Como recompensa pelos serviços prestados solicitava o padre jesuíta que fossem concedidas novas terras aos índios aldeados, “que, aliás, são seus verdadeiros e absolutos senhores, por Direito natural e das gentes.”<sup>25</sup>

Confirmando-se o objetivo de aumentar a defesa do território foi doada a sesmaria solicitada em primeiro de agosto de 1630 por Martim Corrêa de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro. No dia 21 de novembro da mesma data, foi passado o Auto de Posse em nome da Companhia de Jesus. Esse Auto era parte do ritual necessário para a tomada da propriedade de uma sesmaria: a visita ao local com a documentação e testemunhas, demonstrando estar ela livre e desimpedida, obtenção de doação junto a uma autoridade de nível superior ao doador inicial, apregoação do interessado na sesmaria em voz alta e várias vezes, no caso Antonio Fagundes, procurador do padre reitor da Companhia de Jesus, a

---

<sup>25</sup> Petição do padre Francisco Fernandes, da Companhia de Jesus, reitor do Colégio do Rio de Janeiro e os índios da Aldeia de Cabo Frio e os da nação Aitacazes de uma sesmaria, transcrita por Augusto de Carvalho *In Apontamentos para a História da Capitania de S. Tomé*, Campos, Typ. E Lith. De Silva, Carneiro & Comp. 1888, p. 323-324.

tomada da terra e ramos nas mãos com significado da posse propriamente dita.<sup>26</sup>

A 21 de novembro de 1630 na terra onde foi criada a Fazenda de Macaé ou de Nossa Senhora de Sant' Anna situava-se na foz do rio Macaé, também chamado de Miquié, no linguajar dos índios.<sup>27</sup>

Alguns anos depois, a Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé era considerada apenas ponto de pouso do gado procedente dos Campos dos Goitacases com destino ao Rio de Janeiro. Somente a partir do século XVIII é que os inacianos deram início à criação de dois engenhos, sendo que um estava localizado junto à foz do rio Macaé e o outro próximo à Lagoa de Imboacica e em 1701, já se informavam haver algum gado e fabricação de farinha de mandioca que provavelmente tinha por objetivo abastecer o Rio de Janeiro, em posição coadjuvante, porque as fazendas de Campos dos Goitacases e, em especial, a Fazenda Santa Cruz eram as responsáveis pelo atendimento das necessidades da cidade.

O século XVIII marcou a tentativa de recuperação econômica, política e social do reino de Portugal que pretendia se recuperar da crise com a recém inaugurada dinastia de Bragança e, também, pela descoberta de ouro em sua principal colônia, o Brasil, o que provocou o avanço da colonização para o interior e o surgimento de novas vilas e cidades. Esta aparente recuperação da economia portuguesa não chegou a solucionar o

---

<sup>26</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista*. A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 58.

<sup>27</sup> Auto de posse da sesmaria da Companhia de Jesus em Macaé, transcrito por Augusto de Carvalho *In Apontamentos para a História da Capitania de S. Thomé*, Campos. Typ.e Lith.de Silva Carneiro & Comp,1888, p. 331-335.

problema que era a crise estrutural do império. A nobreza lusitana acreditava que o metal precioso jamais se esgotaria na colônia, daí a existência de contratos e tratados altamente desvantajosos para a economia lusa, como o de Methuen, de 1703, que obrigou o Reino a cada vez mais fazer concessões à Inglaterra, além de garantir mercado para a nascente indústria inglesa em troca da venda de vinhos, basicamente.

Tal quadro foi agravado pelo envolvimento de Portugal na Guerra de Sucessão Espanhola, que exigia a manutenção da aliança inglesa, sendo a política de preservação da integridade territorial do reino português e de seus domínios coloniais a marca registrada dos Setecentos. Frente a essa conjuntura de crise, Portugal não pode deixar de se envolver naquela guerra, comandada pelos interesses da França e da Inglaterra e qualquer decisão provocaria reflexos imediatos sobre a política portuguesa, até porque a memória da União Ibérica ainda estava muito presente.

A segurança das rotas marítimas e comerciais para as colônias lusas, sobretudo no Atlântico teve peso decisivo na definição da política externa portuguesa, tendo a Inglaterra, em troca do apoio a Portugal, ampliando as vantagens conquistadas com o Tratado de Methuen e o império luso não conseguiu impedir as constantes incursões de corsários, piratas, contrabandistas e agentes comerciais e militares às costas dos seus domínios.

D. João V, em 1707, escreveu ao governador do Rio de Janeiro, D. Fernando Martins Mascarenhas Lencastre, dizendo ter informações que,

apesar das proibições contra a entrada de estrangeiros nas áreas do reino, muitos haviam passado pela capitania e demonstrava o medo do prejuízo que poderia resultar ao Estado do Brasil, inclusive para a metrópole, com a perda de arrecadação para a Fazenda Real. E em 1719 novamente escreveu ao governador do Rio de Janeiro Ayres Saldanha, afirmando ter ciência da pouca ou nenhuma observância no Estado do Brasil da lei de 8 de fevereiro de 1711, que proibia qualquer gênero de comércio com a tripulação de navios pertencentes a outras nações da Europa, como podemos observar,

O tom pessimista da correspondência trocada entre os principais conselheiros da Coroa, em outubro de 1711, fica bem claro que os ministros portugueses estavam preparados para o pior. O duque de Cadaval, por exemplo, opinava que se os franceses tivessem tomado o Rio de Janeiro e resolvido ali permanecer, seria impossível deslocá-los de lá, com o exército e a armada continentais portuguesas.<sup>28</sup>

Em contraposição a relativa tolerância à passagem ou permanência de estrangeiros no Brasil, o século XVIII foi marcado com explícitas ordens da metrópole exigindo sua expulsão sumária e definitiva dos territórios ultramarinos de Portugal, sendo a única exceção àqueles que fossem casados com portuguesas, tivessem filhos e não exercessem atividade mercantil. Essa mudança de atitude de Portugal em relação ao Brasil estava intimamente ligada ao ouro das Minas Gerais, que aumentou o fluxo de pessoas para a região, escravas ou não e provocou o surgimento de núcleos urbanos no interior da colônia.

---

<sup>28</sup> BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. p. 127.

Sobre as crises do ouro no século XVIII e evidentemente da metrópole portuguesa, convém destacar trecho de um estudo de Magalhães Godinho:

Não era muito aventuroso suspeitar que as crises do ouro não explicam cabalmente as crises económicas do século XVIII, embora tenham ligações com elas. Acautelemo-nos da sedução de uma teoria monetária da evolução económica, e não menos da teoria quantitativa da moeda. São esquemas fecundos, mas apenas para uma primeira aproximação. Se a produção do ouro aumenta, devemos supor uma alta dos preços, a aceitarmos a teoria quantitativa clássica; os actuais teóricos da economia já não aceitam este ponto de vista porque dizem: “Tudo depende do investimento, da tesourização e até da poupança, quer a subida dos metais actue sobre a procura, sobre a oferta ou sobre o investimento” Temos disto um exemplo bem nítido no desenvolvimento mineiro do Brasil: não houve alta, mas sim queda dos preços, porque as mercadorias da Europa chegaram em tal quantidade que afogaram os mercados, causando baixa de preços pela superabundância da oferta. Houve alta do preço dos escravos e dos gêneros alimentícios, mas não é a circulação monetária do ouro que explica estas altas. É a procura cada vez maior de escravos que aumentou o seu preço: há novas plantações de cana-de-açúcar; há minas que atraíam multidões de dezenas de milhares de pessoas: pode-se avaliar em 60.000 o número de escravos que trabalham nas minas do Brasil em 1720. Há alta de preços dos gêneros alimentícios porque há desenvolvimento da população, muito simplesmente. Os preços não acompanham o movimento da moeda. De facto há um relacionamento, mas é muito mais complexa do que a teoria quantitativa clássica deixa perceber.<sup>29</sup>

As disputas entre as potências europeias e a possibilidade de obterem o ouro mineiro que escoava pelo porto do Rio de Janeiro foram motivos que estimularam as incursões francesas ao litoral fluminense. O primeiro ataque à cidade se deu em 1710, que na época possuía uma força militar pequena e um comandante relativamente inexperiente, mas mesmo

---

<sup>29</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães. *Ensaio II Sobre História de Portugal*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1ª edição, 1968. P. 311-312.

assim conseguiu resistir à invasão de Duclerc, que se deu um mês depois de sua chegada à entrada da Baía de Guanabara. Por não ter conseguido naquela ocasião invadir a cidade, o comandante das forças francesas optou por atacar a cidade pelo interior, mas precisamente de Guaratiba. Nesta região contou com o apoio imprescindível dos escravos fugidos do engenho de Bento Amaral Coutinho, na Ilha Grande.

Apesar de violentos combates os franceses foram derrotados e a vitória do Rio de Janeiro foi celebrada, com festas na colônia e na metrópole. Os jesuítas e seus alunos tiveram de destaque nos embates contra os invasores:

Os estudantes externos do Colégio dos Jesuítas também se distinguiram pela corajosa defesa do palácio do governador, que marcou o ponto crítico da luta. Também seus professores jesuítas tomaram parte vital, encorajando os defensores e fazendo soar os sinos de sua igreja no momento culminante.<sup>30</sup>

Como resposta à derrota imposta a Duclerc em 1710, Duguay Trouin organizou com o aval formal de Luís XIV, uma expedição que foi financiada por um grupo de abastados cidadãos de Saint-Malo, organizando uma companhia para aquele fim, enquanto navios e tropas eram providos pela Coroa. A rapidez e o sigilo com que a expedição foi organizada não bastou para enganar os ingleses do seu verdadeiro destino, o Rio de Janeiro. No dia 14 de setembro de 1711, desembarcou com cerca de três mil e quinhentos homens numa praia que ficava a meia milha da região noroeste da cidade, sem encontrar resistência, ocupou áreas estratégicas como a Ilha

---

<sup>30</sup> BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*, p,115.

das Cobras, bombardeando a cidade do Rio de Janeiro, sendo um dos pontos mais visados o Convento dos Beneditinos.

Devido a fragilidade de reação às tropas francesas, e intervenção do padre jesuíta Antonio Cordeiro, Duguay Trouin foi convencido a aceitar seiscentos de dez mil cruzados em ouro, cem caixões de açúcar e duzentas cabeças de gado como resgate da cidade e pelas fortalezas.

O moral do sucesso da missão de Duguay Trouin ao Rio de Janeiro provocou uma situação contrária em Lisboa, como observou Charles Boxer,

De acordo com o tom pessimista da correspondência trocada entre os principais conselheiros da Coroa, em outubro de 1711, fica bem claro que os ministros portugueses estavam preparados para o pior. O duque de Cadaval, por exemplo, opinava que se os franceses tivessem tomado o Rio de Janeiro e resolvido ali permanecer, seria impossível deslocá-los de lá, com o exército e a armada continentais portugueses. Na verdade, os ingleses e os holandeses poderiam fornecer navios para uma força expedicionária recuperar a cidade, mas os soldados teriam de ser portugueses 'porque aceitar tropas inglesas seria entregar o Brasil aos ingleses'. Ainda assim, a guerra na Espanha ia tão mal que o duque não via possibilidade de retirar qualquer corpo de tropas de Portugal. Na oportunidade, Duguay Touin não tinha intenção de obter mais do que obtivera, e as conversações sobre paz, que tiveram início em Utrecht, em janeiro de 1712, davam a entender que o fim da guerra vinha próximo. Realmente, aquelas negociações se arrastaram por mais de três anos cheios de frustrações. Portugal, pouco apoio diplomático recebendo do aliado inglês que o arrastara à guerra, teve que se contentar, na conclusão da paz, com o reconhecimento dos seus direitos na Amazônia e com a restauração da colônia do Sacramento.<sup>31</sup>

Sem perder de vista a condição de ser o Brasil uma colônia, não se pode deixar de reconhecer a especificidade da sua situação, o que não se

---

<sup>31</sup> BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. p. 127.

dava somente em termos econômicos, mas também sócio-culturais e políticos administrativos com múltiplas histórias cujos ritmos e estruturas sócio-econômicas diferentes correspondem a formas e níveis também distintos de inserção no sistema colonial mercantilista. Essas 'diferenças regionais' também estavam presentes na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé.

Em uma sociedade caracterizada por ser ao mesmo tempo rural e mercantil como a da Colônia, a propriedade fundiária fundamentava a riqueza, o poder e a distinção dos chamados senhores, bem como a riqueza mobiliária dos comerciantes de grosso trato também era muito significativa. Ficavam de fora dos privilégios, os homens livres, remediados ou os pobres, também chamados de vadios, assim como os lavradores de cana, os arrendatários de datas, os índios, os libertos e os escravos.

### **A Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé no século XVIII**

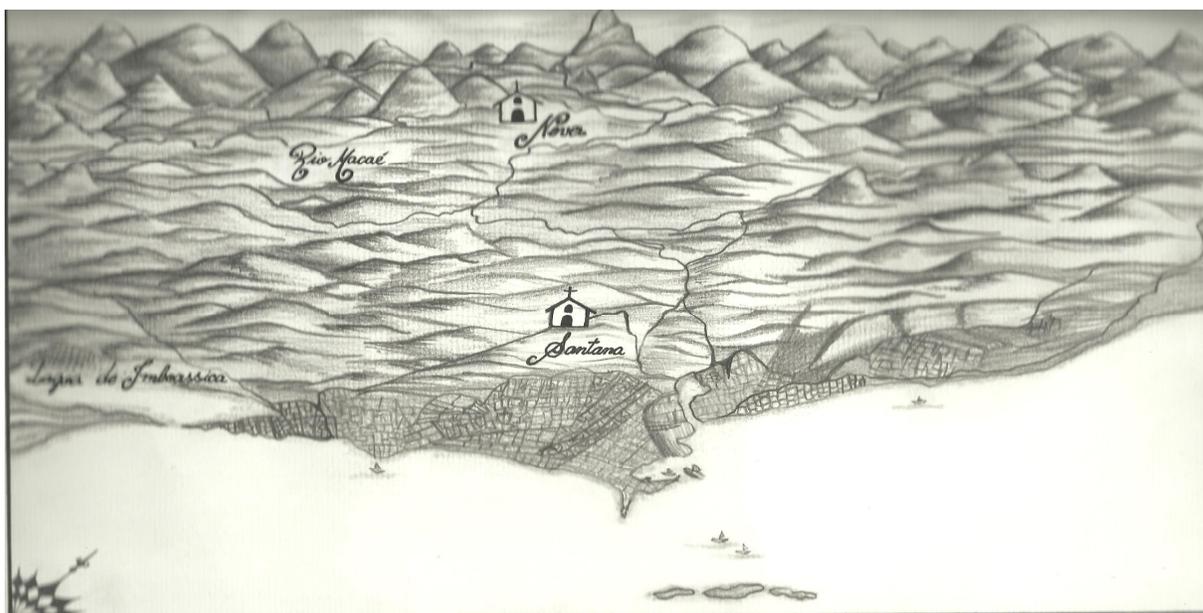
A sesmaria doada aos jesuítas em nome dos Aitacás em 1630 foi ampliada em meia légua de terra ao norte do rio Macaé doada por Tomás de Carvalho a Santo Inácio, além das quinze mil braças<sup>32</sup> correspondentes às terras das fazendas de Santa Ana e de Imboacica. A Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé somente a partir de 1734 passou a ter alguma autonomia em relação às Fazendas de Campos dos Goitacases e a de Campos Novos, quando

---

<sup>32</sup> Braça: medida agrária correspondente a 3,052 m2.

foram criados dois engenhos de açúcar e foi desenvolvendo a lavoura de cana. O primeiro estava a cerca de dois quilômetros da foz, e era conhecido como “Fazenda de Macaé”, ficando no sopé de um morro onde foram construídas senzalas, paiol e bolandeira para a fábrica de farinha de mandioca, sendo os inácianos auxiliados por índios goitacás e por mamelucos que viviam no arraial governado por Domingos Leal, além de escravos.<sup>33</sup>

O Memorial de 1757 alertava que as esperanças para um maior rendimento da Fazenda estavam na fertilidade da terra e no novo engenho que estimulava a plantação de canaviais, com a possibilidade de superação do pouco lucro gerado pela exploração de madeira para construções navais e de edifícios, peixe seco, farinha e pequena criação de gado, porque como já foi dito, a Fazenda Jesuítica de Sant’ Anna de Macaé estava limitada a área de pousio do gado proveniente de Campos dos Goitacases em direção



LAMIEGO, Alberto. *Macaé a luz de documentos ineditos*. p. 56,

do Rio de Janeiro.

## **A REGIÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DAS NEVES EM 1798**

Representação espacial da freguesia de Nossa Senhora das Neves em 1798. Mapa produzido pela Prefeitura de Macaé em 2007 do Acervo de Gerson Nunes. Reproduzido por Patrícia Porto em 2012.

A documentação e a bibliografia disponíveis sobre a região, não explicam porque só ocorreu a medição destas terras no ano de 1743, como consta do Auto de medição,

Declararam os ditos moradores, que, na medição e demarcação que se fez ultimamente pelo doutor, corregedor, e ouvidor geral da comarca do Rio de Janeiro, Manoel da Costa Mimoso, em cujo tempo era toda esta nova comarca do mesmo Rio de Janeiro, por não haver ainda a nova criação e divisão de que agora se trata para esta nova comarca, que o tal marco sobredito fora mettido e posto na mesma paragem e Campo de Sant' Anna, em que se acha, por se poupar ao trabalho de o levarem mais ao diante no fim da verdadeira medição que então se fez das terras de Cabo-Frio, que vinham correndo pelo rumo do Norte, conforme o mostra o mesmo marco, ao fim da medição das terras de Cabo-Frio, que vinham correndo até á mesma demarcação; pela razão de que a sobredita medição fora finda antes de chegar á barra do mesmo rio Macahé uma larga distancia, como tudo assim informaram os ditos moradores. Principalmente o Capitão Manoel Nunes por ser dos mais antigos, e recolher em sua casa os medidores no mesmo tempo da dita medição, ter d'ella boa noticia; á vista de cuja informação logo dito pelo doutor, corregedor e ouvidor geral foi mandado metter e pôr no mesmo campo e paragem sobredita um marco de pedra (...) e tomando a maior parte do morro pela parte Sul em que de presente se acha situada a Capella de Sant' Anna e senzalas tudo pertencente á Fazenda dos Reverendos Padres da Companhia de Jesus, com declaração porém que a dita Capella e senzalas ficam no rumo do Oeste para a parte Leste, até topar na água salgada...<sup>34</sup>

---

<sup>34</sup> Transcrição feita por Augusto de Carvalho *In Apontamentos para a História da Capitania de S. Thomé*, Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888, pp. 336-3397.

A fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé deixou de ser, ao longo do século XVIII, apenas um espaço de pousio para o gado e se transformou gradativamente em um núcleo produtor de açúcar que era destinado à cidade do Rio de Janeiro e também à Europa.

Há poucas informações sobre a Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé no período em que ela esteve sob o domínio dos religiosos. Todavia, é possível fazermos um balanço a seu respeito utilizando a documentação produzida pelas autoridades coloniais no bojo da ordem de expulsão ocorrida em 1759, tema do segundo capítulo. Entretanto, para se entender a lógica de criação da documentação que será analisada, é importante a discussão de alguns pontos fundamentais que desencadearão em 1759, a expulsão dos jesuítas de todo o império luso.

### **A expulsão dos jesuítas da América Portuguesa e a elaboração de inventários e autos de sequestro**

Francisco Falcon chama atenção para dois temas pouco conhecidos da história colonial, a inserção dos agentes burocráticos nos diversos ambientes sociais da Colônia, a reavaliação do papel e a importância sócio-econômica dos núcleos urbanos coloniais e a percepção do espaço urbano como um espaço de convivência entre membros das elites, burocratas e negociantes, reinóis e 'filhos da terra'.

Assim, compreenderemos como integrantes das “elites coloniais”: os colonos, senhores de terras, engenhos, gado e escravos – os “donos de gado e gente” do sertão e os senhores do litoral; os proprietários das “datas minerais”, os comerciantes mais ricos, ou “negociantes de grosso trato”; os profissionais liberais e os “letrados”; os pequenos comerciantes – donos de lojas, os donos de pequenas oficinas, enfim, brancos e cristãos que às vezes são referidos como “povo”. Em posição variável conforme o tempo e o lugar se encontram os “cristãos novos”, ora incluídos, ora excluídos da elite. Na base, excluídos das elites e quase sempre também do “povo”, está a imensa maioria de população: como colonos brancos pobres, mestiços; libertos; índios; e escravos. É entre estes indivíduos, ou grupos, que as elites recrutam seus grandes agregados, empregados e apadrinhados ou protegidos. São os colonizados.<sup>35</sup>

As divergências entre as questões regionais, a sociedade mercantil e rural, além das distinções provocadas pelo ter e pelo não ter, ganharam intensidade e atingiram proporções mais significativas com os acordos entre a coroa portuguesa e a espanhola na metade do século XVIII, sendo o Tratado de Madri que definia o fim das agressões mútuas, e a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento para a Espanha e Portugal ficava com os Sete Povos das Missões, o que não garantiu uma paz de direito, mas de fato, porque as áreas ocupadas jamais retrocederiam à linha de Tordesilhas, apesar das tentativas espanholas, como o acordo de 1761, o Tratado do Pardo que anulou o Tratado de Madri 1750, que na conjuntura da Guerra dos Sete Anos, geraram mais conflitos fronteiriços entre as duas coroas, com invasões militares de parte a parte, o que só vai ser encaminhado para um melhor relacionamento no segundo quartel do século XVIII com o Tratado de Santo Ildefonso (1777), no qual a Espanha tomava posse da colônia do

---

<sup>35</sup> FALCON, Francisco J. C. *Aspectos interpretativos da História Político-Administrativa da América Portuguesa nos Séculos XVII-XVIII*. Separata da Revista Portuguesa de História, Tomo XXXIV, Coimbra, 2000, p. 652.

Sacramento e dos Sete Povos das Missões, enquanto Portugal mantinha os limites oeste e norte já determinados no Tratado de Madri, mas o Tratado de Santo Ildefonso não chegou a ser ratificado, o que demonstrou a força e o acerto do Tratado de Madri de 1750, que teve como negociadores Alexandre de Gusmão e José Carvajal Y Lancaster.<sup>36</sup>

Os objetivos dos portugueses e espanhóis ao negociarem o Tratado de 1750, envolveram interesses, resumidos da seguinte maneira: do lado português, conseguir equilíbrio entre as reivindicações sobre fronteiras coloniais de Espanha e de Portugal, outorgando uma parte maior da bacia amazônica a este último, e a do rio da Prata ao primeiro; garantir a soberania indiscutível sobre os distritos de ouro e diamantes para a Coroa portuguesa; garantir a fronteira sulina do Brasil pela conservação do Rio Grande do Sul e pela aquisição da região da missão espanhola jesuíta “Sete Povos”, na margem esquerda do rio Uruguai; garantir a fronteira ocidental do Brasil e a comunicação fluvial com Maranhão-Pará, certificando-se de que a navegação pelos rios Tocantins, Tapajós e Madeira permanecessem em mãos portuguesas. Pelo espanhol interesses semelhantes no que trata de garantir fronteiras e territórios: deter o avanço dos portugueses para o oeste, pois este já se tinha estendido por grande parte do que, em teoria, era território espanhol, embora constasse principalmente de mata virgem; garantir a colônia do Sacramento, que funcionava como porta dos fundos para o comércio ilegal anglo-português com o vice-reinado do Peru e que tornava Buenos Aires perigosamente exposta à invasão estrangeira; sabotar a

---

<sup>36</sup> DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500-1808), Direção de Ronaldo Vainfas, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 561-562.

aliança anglo-portuguesa, e assim, eventualmente, facilitar a união dos dois poderes ibéricos na América do Sul contra a ambição e a agressão dos ingleses.<sup>37</sup>

Essa situação foi garantida pela ocupação do interior da América Portuguesa, decorrente da mineração de ouro e diamantes. Ainda como desdobramentos do Tratado de Madri e a divisão das terras ao sul da América do Sul, ligada à disputa do comércio no rio da Prata, que segundo Alice Canabrava se dava desde o século XVI, agora acelerado pela necessidade de se chegar ao interior, tanto por portugueses como espanhóis.<sup>38</sup>

Ainda como desdobramento dos tratados de limites, em especial o de Madri, de 1750, que determinava em seu artigo 16, que as reduções e povoados que sua majestade católica cede na margem esquerda do Uruguai, os missionários deverão deles sair com seus móveis e pertences, levando com eles os índios para estabelecê-los em outras terras pertencentes à Espanha. Ainda segundo o tratado os ditos índios poderiam, igualmente, levar seus bens, móveis e semoventes, armas, pólvora e munições que possuíam. As reduções e povoados seriam entregues à Coroa de Portugal, com todas suas casas e demais prédios.<sup>39</sup>

Disso resultou a chamada Guerra Guaranítica quando cerca de 30.000 índios guaranis comandados pela Companhia de Jesus que não aceitaram a

---

<sup>37</sup> BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil*. p. 310.

<sup>38</sup> CANABRAVA, A. P. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

<sup>39</sup> LUGON, Clovis. *A República Guarani*. Tradução: Alcy Cheuyche - 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p 194.

sua transferência das reduções para terras espanholas, enquanto os padres jesuítas alegavam a liberdade dos índios guaranis, garantindo a sua posse sobre o território, considerando ilegítima a interferência das coroas na região, quando se iniciaram as operações militares possuindo os guaranis, inclusive que usavam para o ataque de surpresa às tropas portuguesas e espanholas. Ao redigir um relatório sobre a guerra guarani, Gomes Freire declarou que a tática indígena era muito aperfeiçoada, e conduzida pelos jesuítas, que em vez da doutrina cristã, ensinavam aos índios a arte militar. Em maio de 1756, o exército espanhol e o português invadiram os povoados e as reduções passaram à órbita de Portugal, sem o deslocamento dos guaranis. Aspecto significativo ter sido essa Guerra Guaranítica usada e foi como pretexto para o Marquês de Pombal ampliar a perseguição aos jesuítas, alegando infidelidade ao Rei D. José I.

Essas considerações culminaram no século XVIII, quando a crise do Estado português se tornou mais aguda e a oposição mais ferrenha em relação aos jesuítas tanto no reino luso como, como nos demais estados europeus e até mesmo dentro da própria igreja católica. Embora o século XVIII ser considerado o momento de apogeu da Companhia de Jesus, a centúria também foi marcada por sua expulsão dos reinos de Portugal e Espanha e de suas colônias. Pelas suas práticas nas missões, pelo desrespeito às leis do reino, bem como pelos problemas com as autoridades locais e pelas demandas na justiça com diversos moradores da colônia, os jesuítas, já enfrentavam desde a metade do século XVIII, um forte questionamento por parte da Coroa, que via por bem conter os desvios

religiosos e econômicos da ordem. Essa conjuntura implicou a expedição de alvarás solicitando o cumprimento imediato das leis relativas à restrição das ordens religiosas possuírem bens de raiz e a exigência de que os poderes locais vigiassem e controlassem os padres no respeito às normas, podendo-se constatar que:

Passados os anos heróicos da consolidação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, durante os quais os objetivos e interesses do Estado da Igreja e dos povoadores convergiram, os conflitos entre a Companhia de Jesus e os antigos parceiros começaram a aflorar. Os jesuítas já haviam prosperado economicamente. As fazendas de gado, os engenhos de açúcar, suas lavouras e olarias, as madeiras e as caieiras pertencentes à Companhia de Jesus alcançaram tal nível de produção que, a partir de um certo momento, muitos senhores de engenho, fazendeiros e comerciantes começaram a encará-las como concorrentes.<sup>40</sup>

Esse momento favoreceu o surgimento de ataques aos religiosos, principalmente no que se referia a exploração das propriedades e dos bens pertencentes à Companhia de Jesus. A situação para os inicianos ficou insustentável quando a notícia do atentado ao rei D. José I chegou às terras coloniais, em maio de 1759. De acordo com as informações, os jesuítas estariam envolvidos na tentativa de regicídio. As notícias só vinham confirmar, segundo as autoridades locais, os desatinos que os jesuítas vinham praticando desde longa data contra o erário real e contra o rei.

Paulo de Assunção demonstra a situação em que se encontraram os jesuítas no reino e na América Portuguesa em meados do século XVIII,

---

<sup>40</sup> CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004, p. 65.

mostrando as disputas em que estavam envolvidos, em especial com os colonos,

Nem sempre uma boa rede de amigos e uma política de troca de favores evitaram problemas. No século XVIII, os ataques contra os jesuítas intensificaram-se, principalmente naquelas regiões onde a mão-de-obra indígena era alvo de discussão e de interesses particulares. A defesa dos índios de forma tão aferrada, exaltou o ânimo dos moradores que se viam prejudicados pelas determinações reais e não demoraram a acusar os inicianos pelo desrespeito às leis de proteção ao gentio, pois utilizavam a mão-de-obra destes nos engenhos, nas plantações de tabaco, na coleta de cacau, baunilha e salsaparrilha na floresta.<sup>41</sup>

Necessário observar que todos esses fatos se deram no contexto de uma aguda crise já existente entre o governo português e a Companhia de Jesus, presente em todos os territórios do reino luso. A fragilidade da Companhia não estava somente ligada aos seus conflitos com o governo temporal, porque também se tornara alvo das ações disciplinares da própria Igreja católica. A referida crise estava ligada às querelas entre os padres seculares e os regulares, aproveitando a cúpula da Igreja Católica para restringir o poder dos inicianos, que tinham inclusive trânsito no Paço Real.

A apuração dos fatos foi resultado dos vários entraves que as autoridades vinham tendo com a Companhia de Jesus. Um dos maiores problemas entre os interesses reais e o dos inicianos foi o Tratado de Madri. Por causa dele, os jesuítas foram acusados de incitarem os índios a se rebelarem e a não obedecerem às ordens reais. Sobre esse aspecto, convém destacar a observação de Renato Pereira Brandão,

---

<sup>41</sup> ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios Jesuíticos*, p. 199

Por outro lado, nos parece claro que o conflito de Pombal com a Companhia não estava restrito à questão da Guerra Guaranítica, no caso do Estado do Brasil, ou do controle da mão de obra indígena na Amazônia, no caso do Grão-Pará. Mesmo porque a Guerra Guaranítica não foi provocada pelos jesuítas do Brasil, mas sim por aqueles estabelecidos na América Hispânica. Evidente, que questões de ordem econômica faziam-se igualmente presentes. Destas, consideramos a referente à isenção alfandegária como a de mais incômodo para Pombal. Quando da sua concessão, por D. Sebastião, representava ela um importante instrumento de “sedução” da nascente, e ainda de poucos recursos, ordem missionária jesuítica à necessária estratégia de cooptação da força guerreira nativa. Porém, neste momento, meado do século XVIII, os aldeamentos litorâneos já estavam, em grande parte, esvaziados dessa função militar. Por outro lado, no Estado do Brasil, esta isenção representava não só uma renúncia direta de significativos recursos ao tesouro do Estado como limitador aos investimentos privados, obrigados a concorrer com a produção açucareira jesuítica, que tinha um custo final menor.<sup>42</sup>

Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal teria usado esses pretextos para justificar o Alvará de 28 de junho que extinguiu as suas classes e escolas e a Lei de 3 de setembro de 1759<sup>43</sup>, contra os jesuítas que expulsou-os sob a acusação de haverem prosseguido a usurpação de todo o Brasil e de serem cúmplices no atentado contra o rei D. José I, além de ordenar o afastamento daqueles que serviram como preceptores ou confessores da família real e a sua prisão e expulsão e o confisco de todos os seus bens no império português e a sua venda por determinação real.

De acordo com a referida lei de expulsão, os 199 jesuítas ainda remanescentes foram remetidos presos para o Colégio do Rio de Janeiro e

---

<sup>42</sup> BRANDÃO, Renato Pereira. *A Companhia, Gusmão e Pombal: do Tratado de Madri à expulsão do Império* In *R IHGB*, Rio de Janeiro, a. 170 (443): 21-56,abr./jun. 2009.p.49.

<sup>43</sup> DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL, dirigido por Joel Serrão, 4º volume, Porto : Iniciativas Editoriais, 1971. p. 592.

embarcados em 14 de março de 1760 na Nau de Nossa Senhora do Livramento e São José, acusados de inimigos da Coroa, com o agravo do atentado a D. José I, e de pregarem publicamente contra os interesses do Reino, de impedirem o desenvolvimento das economias locais e a civilização dos índios.

Para o cumprimento das determinações do Rei D. José I e sob grande influência do poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo, se ordenava que todos os bens dos inicianos fossem sequestrados e incorporados ao Tesouro Régio e posteriormente leiloados, o então governador do Rio de Janeiro, Conde de Bobadela, Antonio Gomes Freire de Andrada ordenou a Dom João Cardozo de Azevedo, Desembargador dos Agravos da Relação do Rio de Janeiro e a João Pedro da Silva a realização dos Autos de seqüestro da fazenda de Macaé situada “no caminho que ia para os lados denominados Campos dos Goitacases, dos padres jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro”.

Assim, em 12 de dezembro de 1759 foi realizado o Auto de seqüestro da fazenda de Sant’ Anna de Macaé, como consta em cópia existente no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro<sup>44</sup>. Este inventário tinha claro objetivo de relacionar e avaliar tudo que fosse encontrado na Fazenda. Nesse primeiro momento foram levantados todos os bens pertencentes à referida fazenda, sendo os principais itens relacionados os bens móveis, os ornamentos dos cubículos dos padres e da igreja, os medicamentos da

---

<sup>44</sup> Cópia autêntica dos autos de seqüestro da fazenda de Macaé dos padres jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro – 1759. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Códice: 40, 2, 21 A.

botica, as oficinas de ferreiro, carpinteiro, as ferramentas do engenho de açúcar e os livros encontrados na casa dos padres.

A Rematação do terreno da Fazenda chamada de Macahé por decisão real com lance mínimo de 30:770\$023, mas que acabou sendo rematada por Gonçalo Marquez de Oliveira, Mestre Caldeireiro por 560\$000, segundo registro de rematação por não terem aparecido pessoas interessadas.

Em 1775, foi elaborado por determinação de D. José I um inventário mais completo que o primeiro. Todavia, o que há de mais importante neste documento e que não apareceu no primeiro, foi a listagem de todos os escravos que ali viviam. Nesta lista de cativos foram registradas informações sobre as relações familiares, os valores de cada um, seus ofícios e em alguns casos, suas condições de vida ou de saúde<sup>45</sup>. Estas temáticas serão objeto de análise do próximo capítulo.

---

<sup>45</sup> Rematação do terreno jesuítico da Fazenda de Macaé de 1776 e traslado de inventário da fazenda de Macaé de 10 de julho de 1775. Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ. Códice 81-20, 23.

## **Capítulo II: O cotidiano da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé**

A vida material da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé foi apresentada nos Autos de sequestro e inventário de 1759, cuja ordem expressa era, conforme já visto, a ação urgente com o objetivo de ser inventariado e seqüestrado tudo o que fosse achado na residência dos padres e nas fazendas tanto de bens móveis como de raiz, rendas ordinárias, escravos e gados.

O Desembargador João Cardoso de Azevedo, nomeado pelo Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade para dirigir o sequestro da Fazenda de Macaé foi autorizado a eleger como depositário dos bens, um fazendeiro entre as pessoas mais importantes, abonadas e capazes existentes na região. A função deste depositário seria a de administrar a fazenda e os bens nela existentes. O desembargador deveria ainda, levantar os bens pertencentes à datação e fundação do Colégio da Cidade do Rio de Janeiro e os que foram agregados contra as disposições das Ordens de Sua Majestade e todos os bens confiscados deveriam ser encaminhados ao Colégio da Cidade do Rio de Janeiro, que se encontrava sob a vigilância de um comandante.

Os Autos de sequestro deixaram expressas as qualidades dos bens encontrados na capela da Fazenda Jesuítica de Macaé, dedicada a Sant' Anna. Dentre os bens foram encontradas imagens de barro ou esculpidas

em madeira, assim como utensílios de prata desde coroas, resplendores e cálice, sendo também encontrados ornamentos e paramentos para a realização do culto religioso, como casulas de damasco e chamalote, onde predominavam a prata, o linho e o damasco, incluindo louça de Macau, demonstrando a circulação de bens no império português. Os inventariantes encontraram ainda na capela, um sacrário de madeira pintado com sua chave de prata um cálice de pátina de prata dourada, uma colher de prata, uma caixa de santos óleos de prata, ramalhetes de pau prateado, oito ramalhetes de malacacheta, vinte e uma rosas de malacacheta, sendo quatro grandes e as demais pequenas, quatro castiçais de pau prateado utilizados nas festas, duas casulas de damasco, um vermelho e outro branco, um de chamalote roxo e mais uma branca e usada, um verde também usado, muitas cruzes, vasilhas para água benta, bancos fixos e móveis, uma campainha de metal, confessionários e muitas velas, além dos sinos, sendo um deles quebrado, pia de água benta de barro pregada na parede, pia batismal de barro prateada. Tais instrumentos, básicos no cotidiano da vida religiosa no interior da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé de Macaé, marcaram a vida do indivíduo do nascimento até a morte.

Entre as imagens ainda existentes na Capela da Fazenda foram relacionadas uma imagem de Cristo crucificado, sob um sacrário de madeira, uma de Sant' Anna, protetora da Fazenda, e outra de Nossa Senhora, ornadas por resplendores, uma imagem de Santo Inácio, de barro, duas imagens pequenas de Santo Antonio e São Domingos e de Nossa Senhora e Santa Anna e São José. Ainda uma imagem do menino Jesus,

no leito com um coração de prata; outra imagem de Cristo crucificado e uma de Nossa Senhora dos Passos, utilizada nas procissões.

Os autos de sequestro de 1759 registraram ainda a existência de uma cruz de pau prateada com um pano de seda damasco branco e um pano de chita que serviam pra encobrir a mesa da Irmandade de Sant' Anna; quatro apas de baeta verde, que era tecido de lã ou algodão, de textura felpuda, com pelo em ambas as faces e ainda duas varas de pau prateado das Irmandades, que desde esse período tinha presença muito forte na América Portuguesa.

Oliveira<sup>46</sup> observa que as irmandades foram implantadas no Brasil desde o período colonial e se caracterizaram como instituições devocionais e de assistência mútua, e foram moldadas às realidades sociais existentes na América Portuguesa, como a disputa de privilégios e preferência na exposição pública em festas e procissões, disputas que não se davam somente entre irmandades de brancos e negros, mas também entre irmandades negras divididas entre associações de pretos e pardos, de crioulos e de africanos.

Ainda sobre a importância e atuação das Irmandades, tem relevância o estudo de Caio César Boschi ao identificá-las como espaço de coesão social, de devoção, de (re) construção de identidades, os únicos que além de promotoras e locais de práticas sincréticas, impuseram-se como

---

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e Hierarquias Sociais: Irmandades e Elite Macaense no Oitocentos In Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII e XVIII)*/Márcia Amantino, Cláudia Rodrigues, Carlos Engemann, Jonis Freire (organizadores).- Rio de Janeiro : Apicuri, 2011.

revitalização das referências culturais africanas, como amplamente observáveis,

Nas irmandades e por meio delas, os negros não prescindiram das suas divindades e das suas visões de mundo. Ao fundar suas irmandades, os negros africanos não estavam a incorporar inequivocamente padrões culturais dos brancos. Ao abrigo das suas confrarias e nos eventos públicos que estas se realizavam ou de que participavam, os negros externalizavam suas tradições e costumes de origem.<sup>47</sup>

Nos trastes do ornamento dos cubículos e bens móveis pertencentes à casa da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé foram encontrados vários ornamentos como uma lâmina de Nossa Senhora do Monte do Carmo com moldura entalhada, pintada de vermelho e guarnecida de ouro. Foram encontrados também indícios de uma vida simples e regrada por parte dos jesuítas: bancos de madeira, tamboretas de sela, banco de encosto com sua caixa, seis catres de madeira com assentos de couro, sendo cinco nos cubículos e um no engenho, peças de algodão ou linho que iam dos lençóis a toalhas de mesa e guardanapos. Utensílios de uso diário como talheres, pratos, colheres em estanho, prata, latão, cobre ou mesmo barro. Mais uma vez encontramos no inventário esteira de Angola e pratos de louça azul da Índia, confirmando ser Portugal um império com intensa circulação de mercadorias.

O inventariante também deixou registrada a presença de uma série de ferramentas e utensílios ligados à produção do açúcar. Dentre eles destacam-se caldeira, alambiques, tachos de cobre, escumadeira de cobre,

---

<sup>47</sup> BOSCHI, Caio César. Irmandades, religiosidade e sociabilidade *In As Minas Setecentistas*, 2/ RESENDE, Maria Efigênia Lage de, e VILLALTA, Luiz Carlos (org.), Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p.25.

furador de ferro para purgar o mel, marcos de ferro para identificar as caixas de açúcar, um “vai e vem” que era usado para apertar as moendas e formas de barro para moldar o açúcar e pilares de barro para secar as caixas de açúcar.

Em função do que foi listado e do número de escravos que a fazenda possuía, pode-se imaginar que a produção de açúcar era significativa. Além da plantação de cana de açúcar e a produção de açúcar, a Fazenda de Sant’ Anna de Macaé produzia farinha de mandioca, havendo uma casa de farinha com duas rodas de mandioca, tocos de pau que serviam para moendas de engenho, ainda toscos e cochos de pau para se produzir a farinha de mandioca, segundo o inventário. Há alguma possibilidade desta farinha servir à alimentação dos escravos da fazenda e para o abastecimento da região de Cabo Frio e Campos Novos.

Pero de Magalhães Gandavo no seu Tratado da Terra do Brasil já havia observado que na colônia não eram semeados o trigo, assim como nenhum outro mantimento do reino de Portugal, sendo a farinha de mandioca importante na alimentação das pessoas, tendo o inhame real destaque na dieta alimentar da colônia. Para o tratamento da mandioca e a sua transformação em alimento, era necessária a sua imersão em água por um período de até quatro dias curtindo com o objetivo de eliminar o veneno e transformá-la em alimento, depois de pisado e ralada, era escorrida a água que era venenosa. Ainda nesse processo a mandioca era colocada no fogo e logo boa para a alimentação. Registrou ainda o cronista a existência de dois tipos de farinha, a chamada de guerra, muito seca e feita para durar

muito e a fresca, mais branda e também mais substanciosa. Ainda da mandioca se faziam outros alimentos, como os beijus.<sup>48</sup>

Ainda no conjunto da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé os Autos de sequestro de 1759, indicam a existência de uma botica sob a responsabilidade do escravo Felipe Santiago, de 70 anos, com o ofício de boticário. Nessa botica, foram encontrados meios de tratar das doenças através dos meios encontrados na natureza, ou seja, flora, fauna e recursos minerais.

A expansão marítima portuguesa envolveu interesses e valores de homens de negócios, missionários, nobres e agentes da Coroa, o que gerou certa dispersão da experiência portuguesa e a atuação da Companhia de Jesus e seus missionários na coleta de informações sobre a natureza, com destaque para a botânica, fauna e minério, podendo-se concluir que a preocupação da Ordem não era somente salvar almas, mas também a cura das doenças, o que confirma o lado pragmático dos jesuítas, tanto que não somente nos Colégios haviam hospitais dotados de boticas, mas também em fazendas e aldeias, como a registrada na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé.

Pelos serviços médicos prestados, a Companhia de Jesus recebia o direito de cobrança da redízima, a isenção de impostos na alfândega, a manutenção de propriedades fundiárias ainda sem uso e o recebimento de doações e esmolas para o sustento da sua obra. O papel de médico e enfermeiro assumido pelos missionários poderia ser visto apenas como caridade. Entretanto, assume um

---

<sup>48</sup> GANDAVO Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil – História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 48.

contorno político importante quando lembramos a autoridade a autoridade que os homens que curam exercem sobre os demais.<sup>49</sup>

A circulação de espécies naturais, vegetais, animais ou minerais e práticas medicinais tiveram participação dos jesuítas não somente na América Portuguesa, mas em todo o império devido a própria estrutura organizacional da Companhia de Jesus, tornando-os agentes importantes da circularidade cultural, devido a constante troca de correspondência, em especial entre os jesuítas, provocando a divulgação das receitas e práticas medicinais pelos quatro cantos do mundo,<sup>50</sup> assim como no interior do continente americano, proporcionando a troca de experiências e informações entre os missionários.

As boticas dos colégios jesuítas foram inigualáveis e eram constituídas por uma sala e uma oficina, tinham ainda uma espécie de loja, onde disponibilizavam seus produtos gratuitamente ao público, salvo para os que tinham melhores condições financeiras e os podiam comprar. Os recursos oriundos dessas vendas eram reinvestidos na própria botica e na aquisição de novos medicamentos e livros.<sup>51</sup>

A escassez de médicos formados por escolas de medicina na Europa, fez dos jesuítas os responsáveis quase que exclusivos pela assistência médica na colônia, sendo os medicamentos que supriam suas boticas vinham do Reino, mas a pouca e irregular freqüência da chegada de navios, a eventuais perdas por deterioração nas embarcações e nos portos e os

---

<sup>49</sup> GESTEIRA, Heloísa Meireles. *A cura do corpo e a conversão da alma* – conhecimento da natureza e conquista da América, séculos XV e XVI. Topoi. Vol. 5, nº8, Jan. – Jun. 2004, Niterói: p. 72.

<sup>50</sup> GESTEIRA, Heloísa Meireles. *A cura do corpo*, p. 79.

<sup>51</sup> CALAINHO, D. Buono. *Jesuítas e Medicina no Brasil Colonial*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 19, p.1.

altos preços desses produtos provocaram no decorrer do tempo, a conhecerem melhor os recursos naturais oferecidos pela colônia, se aproveitando dos conhecimentos indígenas na decifração da natureza.

Em decorrência dessas necessidades, a atuação dos jesuítas foi significativa. Fernão Cardim, um jesuíta, ainda no século XVI, já demonstrava o domínio que os inacianos tinham a respeito da capacidade curativa das ervas e plantas. Sua descrição pode ser apreciada em especial no capítulo VI, “Das árvores que servem para medicinas” e no XI “Das ervas que servem para mezinhas”, que eram os medicamentos caseiros.<sup>52</sup>

Sendo exímios observadores da flora, da fauna e dos minerais da colônia foram os jesuítas identificando variadas espécies e cultivando as de efeito curativo e ainda estudavam sua ação para os inúmeros males que acometiam a população colonial, elaborando fórmulas e receitas, organizadas metodicamente com o nome do Colégio onde foram criados, o seu autor, os ingredientes utilizados, o peso e a finalidade de cada uma delas, doenças de pele; males venéreos, como a sífilis; verminoses; problemas oculares; anemia; febres; chagas; tumores; dores de cabeça; paralisias; cólicas; males do estômago, do coração e dos ossos; mordidas de cobra; insônias; enfermidades epidêmicas, como a varíola, disenteria, febre amarela, sarampo e malária, donde se pode concluir que as boticas eram a promessa de solução de todos os problemas de saúde já existentes na colônia além dos trazidos pelos portugueses e africanos.

---

<sup>52</sup> CARDIM, FERNÃO. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 42.

Os jesuítas foram responsáveis pela circulação de espécies naturais e de práticas medicinais não apenas no âmbito da América portuguesa, mas no interior do Império português. Além disso, trocavam experiências com seus confrades ligados a outras assistências da Companhia, como por exemplo, entre os missionários das províncias jesuíticas da América espanhola, prática intensificada durante a União Ibérica. A troca dava-se em vários sentidos simultaneamente. Os padres farmacêuticos, aqueles que eram encarregados da manipulação de medicamentos nas boticas, procuravam utilizar produtos locais pra composição de suas fórmulas, uma vez que a comunicação com a Europa era muitas vezes lenta e irregular. Para descobrir as qualidades de determinadas ervas, um dos procedimentos utilizados era observar o uso que os habitantes locais faziam delas. O que nos importa assinalar, é que, na América portuguesa, ao coletar os dados medicinais, os unguentos, as ervas e as partes de animais utilizadas nas mezinhas, os jesuítas catalogaram os costumes indígenas e suas práticas terapêuticas.<sup>53</sup>

Confirmando a circularidade cultural, ao que era trazido da farmacopéia européia e oriental, o mundo colonial ofereceu ervas, raízes, remédios para curas, já usados pelos nativos e foram aprimoradas e sistematizadas as suas fórmulas pelos jesuítas.

Os autos de seqüestro da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé de 1759 apresentaram uma lista de medicamentos pertencentes à botica, mas sem nenhum indicativo para o que serviam. A lista dos medicamentos encontrados é significativa pela quantidade, mas apresenta um problema por que se limitou a apresentar uma relação do que existia na botica, sem indicar para o que serviam e a sua composição. Diante de tal situação, consulte o Vocabulário Português & Latino – áulico, anatômico, arquitetônico, de Raphael Bluteau, escrito ente 1712 e 1728, publicado em Coimbra, que nos permitiu o acesso do significado e a composição de

---

<sup>53</sup> GESTEIRA, Heloísa Meireles. *A cura do corpo*, p. 78-79.

alguns medicamentos<sup>54</sup>. Indicou o autor aspectos marcantes e até curiosos sobre a farmacopéia do século XVIII, com sua composição e diversidade. Outro aspecto marcante foi o registro dos pós medicinais que segundo ele podiam ser reduzidos a duas classes, a dos aromáticos e a dos não aromáticos, dos quais sugeriu o autor a organização de um grande catálogo, destacando o caráter extravagante dos nomes usados, resumptivos, uma espécie de unguento, composto não só de matéria medicamentosa, mas também alimentosa, que também servia para refazer as forças perdidas pelo doente.

Sobre os livros que estavam nas casas de residência dos padres tem-se a informação que em sua maioria são destinados a realização do culto, como missais, catecismos, vida de Cristo e do santos de um modo geral, orações e sermões. Dois registros que localizados poderão ser de grande importância para a história da região e da Companhia: um livro de batismo, casamento e defuntos e um livro de receita e despesa, ambos encadernados em pergaminho.

O Auto também apresentou denúncia feita por Manoel Cabral dos objetos que os padres estavam mandando ocultamente para o Rio de Janeiro. Segundo a denúncia, o padre Manoel da Silva enviou materiais para o exercício do culto, chamando a atenção, um livro intitulado Letras Apostólicas em que havia a Constituição e a confirmação de vários privilégios da Companhia de Jesus, o Compendio da Doutrina Cristã da

---

<sup>54</sup>BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário Portuguez e Latino, áulico, anatômico, architônico*. Casa Impressora Collegio das Artes da Companhia de Jesus. PT, Coimbra, 1712-1728. [www.brasiliana.usp.br](http://www.brasiliana.usp.br).

Língua Portuguesa em Brasileira, Fábulas de Esopo e novena de São Francisco Xavier.

Uma das principais partes do inventário refere-se a população escrava da fazenda. A listagem das famílias começa por um personagem fundamental no processo de produção nas fazendas que era o feitor que na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé era executado pelo escravo pardo Izidoro de 35 anos, possuidor de poder que podia usar para punir escravos, como observa Antonil<sup>55</sup>,

Os braços, de que se vale o Senhor de Engenho, para o bom governo da gente e da Fazenda, são os Feitores. Porém, se cada um deles quiser ser cabeça, será o governo monstruoso, e um verdadeiro retrato do Cão Cerbero, a quem os poetas fabulosamente dão três cabeças. Eu não digo que se não dê autoridade aos Feitores: digo que esta autoridade há de ser bem ordenada, e dependente, não absoluta, de sorte que os menores se hajam com subordinação ao maior, e todos ao senhor, a quem servem. Convém que os escravos se persuadam, que o Feitor tem muito poder para lhes mandar, e para os repreender, e castigar quando for necessário: porém de tal sorte, que também saibam que podem recorrer ao senhor; e que hão de ser ouvidos, como pede a justiça.<sup>56</sup>

Pelo visto, as atribuições dos feitores eram amplas, desde a governança da gente à divisão do seu tempo no trabalho, passando pela autorização do senhor no sentido de saber a quem avisar para que fosse feito o corte da cana, preparando os barcos e os carros no sentido de garantir o seu transporte foices e enxadas para cada um dos escravos, ou seja, preparar o engenho para o início da produção do açúcar com toda a segurança e produtividade.

---

<sup>55</sup> ANTONIL, Andre João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Reprodução fac-similar da edição Princeps de 1711, Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco : Recife, 1969. p.14

<sup>56</sup> ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. p.14.

Além do João Teixeira, mestre de açúcar, estava diretamente ligado à produção na Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, o caldeireiro Raimundo, também crioulo com 35 anos, além dos escravos que atuavam no preparo da cana, seu corte, lavagem e colocação nas moendas e caldeiras.

Segundo Antonil, que fez um relato detalhado do trabalho dos escravos nos engenhos do Brasil colonial, que acreditamos serem pertinentes ao engenho da Fazenda Jesuítica de Macaé, podemos destacar,

O trabalho que representava maior perigo para as escravas era a da moenda porque por imprudência, ou mesmo cansaço, metem a mão na moenda além do devido, arriscando a perder os dedos, a mão ou mesmo o braço, perigo que se tornava maior à noite, visto que a produção continuava no mesmo ritmo, principalmente se as escravas envolvidas no trabalho fossem boçais, sendo comuns as que eram aleijadas.<sup>57</sup>

Outro aspecto importante apresentado por Antonil tratava do número de escravos necessários ao trabalho da moenda, entre sete ou oito; sendo três para carregarem a cana, um para meter a cana entre os eixos, outro para passar o bagaço, outro para consertar e acender as candeias, num total de cinco, e limpar o cocho do caldo e os aguilhões da moenda e refrescá-los com água para que não ficassem superaquecidos e outro para botar o bagaço no rio ou na bagaceira.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 54.

<sup>58</sup> ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil*, p. 54.

Situações como essas citadas por Antonil demonstravam como eram as condições de trabalho em todas as áreas de escravo, mas principalmente da plantação da cana-de-açúcar e a produção do açúcar.

O elemento que tudo controlava na fazenda era o Feitor, um pardo de nome Izidoro, de 35 anos, avaliado em 80\$000 viúvo e pais de duas filhas, Duvirgem de 15 anos e avaliada em 70\$400 e Nazaria de 10 anos e avaliada em 25\$6000. A função de feitor exigia uma grande vigilância sobre a produção do açúcar, mais o cultivo da cana de açúcar e o controle da escravaria. Entre esses escravos com ofícios encontramos a predominância de crioulos, pois dos vinte relacionados somente o Izidoro e Ignacio oficial de ferreiro, avaliado em 120\$000 eram identificados como pardos e o Felipe Santiago, avaliado em 20\$000 que não teve a sua etnia declarada, embora exercendo uma atividade importante, antes exclusiva dos jesuítas.

Ainda na lista de escravos com ofícios, encontramos o crioulo João Teixeira, de 50 anos, avaliado em 150\$000, com o ofício de mestre de açúcar e o crioulo Raimundo, de 35 anos, com o ofício de caldeireiro, avaliado em 120\$400. Os valores e especialidades fazem supor a expansão da produção açucareira na Fazenda e na Capitania do Rio de Janeiro.

Os barqueiros tinham vital importância para o escoamento da produção pelo rio Macaé em especial do açúcar e recebimento de produtos que abasteciam a Fazenda. Eram três os barqueiros: João Gonçalves, crioulo, de 55 anos, no valor de 100\$000; Vicente, crioulo, de 48 anos, no valor de 120\$000; Martinho, crioulo, de 22 anos, no valor de 120\$000,

podendo-se notar a diferença no valor de um escravo mais novo e um mais velho, mas também observando que o preço também variava em decorrência do ofício independente de idade.

Com os ferreiros, ficava demonstrada a necessidade de se manter os animais de tração ferrados e carroças para que os caminhos fossem superados, assim como o trabalho de confecção, reparos e trabalho de manutenção do engenho da Fazenda, os oficiais de ferreiro Feliciano, crioulo de 42 anos avaliado em 80\$000 e Ignácio, pardo, de 37 anos, com o valor de 120\$000 e ainda encontramos o aprendiz de ferreiro, o crioulo Francisco de 25 anos, avaliado em 64\$000.

Nos serviços de carpintaria temos relacionados o mestre Zacarias um cabra de 60 anos, avaliado em 100\$000, o crioulo Prudêncio, oficial carpintaria de carros no valor de 100\$000 e o crioulo Brás, de 35 anos, carpinteiro, no valor de 80\$000. Esses indivíduos tinham por função a manutenção das instalações, dos carros de boi e ainda a confecção de embalagens para o açúcar, como visto no Capítulo 2.

O preparo dos barcos que transportavam cana e açúcar no rio Macaé, era feito através do trabalho de escravos com ofício, como o barqueiro João Gonçalves, crioulo de 55 anos; o barqueiro Vicente, crioulo de 48 anos e Martinho também barqueiro, crioulo de 22 anos. Para garantir o transporte dos produtos por terra principalmente com os carros era muito importante o trabalho dos escravos com ofício como o mestre carpinteiro Zacarias, cabra de 60 anos, o oficial de carpinteiro de carros, Florentino de 60 anos e

Prudêncio, crioulo, oficial de carpintaria. Para manter a estrutura do Engenho da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, a atuação de escravos com ofícios como Manoel, oficial de pedreiro, crioulo de 40 anos que tinham por função fazer obras de prédios e manutenção dos já existentes. O ferreiro Ignácio, pardo de 37 anos; Feliciano, crioulo de 42 anos e o aprendiz de ferreiro, Francisco, crioulo de 42 anos, exerciam papel fundamental no sentido de garantir a produção, seja na manutenção do engenho propriamente dito, seja no conserto de peças de carros ou caldeiras, por exemplo, com o objetivo de garantir a produção máxima dos engenhos.

Para atender as necessidades da fábrica da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé foram montadas tendas de ferreiro, carpinteiro e pedreiro que tinham por objetivo atender as exigências para a manutenção e funcionamento da produção a contento. Na tenda de ferreiro foram encontrados ainda instrumentos que demonstravam a intensidade o trabalho, como safra, bigorna, torno, tenazes, malhos, martelos, assentador, talhadeira, limas, ferro bruto, serras, compasso; na de carpinteiro, goiva, formões, verrumas, martelos, serrote, machado e na de pedreiro, martelo, colher de ofício de pedreiro, grades de ferro de fazer telha, roda de fazer potes com duas tábuas, foices, machados e enxadas cavadeira com o objetivo de se fazer currais e cercas, onde atuavam escravos comandados quase sempre por outro escravo, aprendiz ou mestre em alguma atividade, como Feliciano, crioulo, de 42 anos e Ignácio, pardo, de 55 anos, oficiais de pedreiro e Francisco, crioulo, aprendiz de ferreiro. Na tenda de carpintaria, o

responsável era Zacarias, cabra, de 60 anos, mestre carpinteiro e na tenda de pedreiro, esse comando era feito pelo escravo Manoel, crioulo, oficial de pedreiro.

A Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé chegou a possuir nos seus quadros de escravos com ofício um crioulo de nome José, de 30 anos, com a ocupação de tecelão de algodão e valor de 76\$800.

Observar que na tabela a seguir, tendo por base o inventário de 1775 podemos fazer a seguinte observação como a confirmação da predominância de escravos crioulos, sendo que a maioria estava na faixa de 25 a 50 anos e a variação dos seus valores se dava de acordo com a função exercida e a sua idade, o que não era o caso do Felipe Santiago que exercendo a função importante de boticário, valia somente 20\$000, provavelmente por já estar com 70 anos.

Importante destacar nesses dados número relativamente pequeno de escravos com ofícios em relação a uma população de 217 escravos, mas que demonstram a importância da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, com a produção de cana de açúcar, do açúcar que atendiam não somente a região norte da Capitania do Rio de Janeiro e, também, para a cidade do Rio de Janeiro e, provavelmente para a Europa e com isso vemos a ampliação da importância atividade dos barqueiros envolvidos no transporte em especial do açúcar, pelo rio Macaé. A falta dos registros da quantidade saída do açúcar por Macaé estava ligada a liberação de registro na alfândega concedida aos jesuítas e também ao segredo sempre

praticado pelos jesuítas. O livro de receita e despesa da Fazenda e arrolado no auto de sequestro de 1759, se localizado, poderia servir de ajuda no esclarecimento da questão.

**Tabela 1**

**ESCRAVOS COM OFÍCIOS NA FAZENDA  
DE SANT' ANNA DE MACAÉ EM 1775**

Nome	Etnia	Idade	Ocupação	Preço
Francisco	Crioulo	25	Aprendiz de ferreiro	64\$000
João Gonçalves	Crioulo	55	Barqueiro	100\$000
Vicente	Crioulo	48	Barqueiro	120\$000
Martinho	Crioulo	22	Barqueiro	120\$000
Felipe Santiago	-	70	Boticário	20\$000
Brás	Crioulo	35	Com ofício de canteiro	80\$000
Raimundo	Crioulo	35	Caldeireiro	120\$400
Izidoro	Pardo	35	Feitor	80\$000
João Teixeira	Crioulo	50	Mestre de açúcar	150\$000
Zacarias	Cabra	60	Mestre Carpinteiro	100\$000
Feliciano	Crioulo	42	Oficial de ferreiro	80\$000
Ignacio	Pardo	37	Oficial de ferreiro	120\$000
Florentino	Crioulo	55	Oficial carpinteiro de	90\$000

			carros	
Prudêncio	Crioulo	30	Oficial de carpintaria	100\$000
Manoel	Crioulo	40	Oficial de Pedreiro	120\$000
José	Crioulo	30	Tecelão de algodão	76\$800

Fonte: Traslado do inventário de 10 de julho de 1775. Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ. Códice 81-20,23.

### **Capítulo III-A Família Escrava na América portuguesa e na fazenda jesuítica de Sant’Ana de Macaé**

O conde de Gobineau que esteve no Brasil entre os anos de 1860 e 1870, publicou um artigo chamado *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* no qual afirmava a inferioridade do negro e do índio frente ao branco europeu, apresentando a miscigenação como algo negativo que resultaria em uma raça em processo de degeneração. Para esse autor a população brasileira desapareceria em um período de no máximo duzentos anos. Como resultado das chamadas “raças inferiores” com a “superior” surgiu o mestiço, biologicamente degenerado e estéril, sendo a solução possível a substituição dos negros, índios e mestiços por brancos, com o incentivo à imigração européia.

Seguindo a linha de pensamento do conde de Gobineau, embora não tão radical, o médico mulato Raimundo Nina Rodrigues, argumentou que a

presença da “raça negra” na constituição da população brasileira, foi e será sempre um dos fatores da nossa inferioridade, embora afirmasse serem precipitadas as teorias científicas que apontavam a impossibilidade de civilização do negro no futuro, como bem observou Cristiany Miranda Rocha

Não obstante as gradações e diferenças existentes dentro do que se convencionou chamar de “racismo científico do século XIX”, todos os autores ligados a esse tipo de pensamento têm como denominador comum a afirmação da inferioridade da raça negra com base em critérios “científicos” e a preocupação com a influência dessa população “inferior” na formação do povo brasileiro. Para as teorias racistas do século XIX e início do XX, o negro apresentava-se como um entrava à constituição de uma “nação brasileira civilizada”, por conta de sua inferioridade tanto cultural como biológica.<sup>59</sup>

O contraponto a esse ponto de vista se deu com Gilberto Freyre em 1933, com a publicação de *Casa Grande & Senzala*, onde que argumentava não haver escravidão sem promiscuidade sexual, advertindo que no Brasil, os filhos dos senhores emprenhavam as escravas, aumentando o “rebanho e o capital paternos” e apresentou a contribuição do negro pra a formação da cultura brasileira como extremamente positiva e propôs a distinção entre as influências dos escravos e as exercidas pelos negros, sendo seu objetivo demonstrar que se ocorreu alguma influência negativa dos negros na formação da sociedade brasileira foi resultado do fato de serem escravos e na de sua raça ou cultura. Ainda segundo Cristiany Miranda,

De fato, Freyre não tinha a preocupação em identificar uma vida familiar entre os escravos, mesmo porque isso iria contrapor-se à sua

---

<sup>59</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas*: Campinas, século XIX – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 21.

idéia de família patriarcal, que tinha como base a “família extensa”, aquela que englobava esposa, filhos, netos, vãos, agregados e escravos, enfim, todos aqueles que se encontravam sob o poder e proteção do pai-senhor, inexistindo no trabalho de Freyre delimitação entre família e família negra.<sup>60</sup>

Por outro lado, a obra de Gilberto Freyre procurava romper com o racismo científico ao desqualificar a justificativa racial para o desregramento sexual na colônia, mas ao mesmo tempo, reforçou a idéia de que o escravo vivia mergulhado na promiscuidade, deslocando-se da raça para a devassidão que caracterizava a vida sexual dos negros no Brasil.

Na década de 1960, surgiram vários trabalhos, em especial na área sociológica tão em voga na época, sobre a escravidão; autores como Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Fernando Henrique Cardoso, Roger Bastide criticaram a posição de Gilberto Freyre, que colocava as relações entre senhores e escravos domésticos como “doces e harmoniosas”, e chamavam atenção para o caráter violento e desumano da escravidão no Brasil, e destacavam o conflito que era inerente à sociedade escravista, sendo impossível a existência de uma convivência harmoniosa ou até pacífica entre senhores e escravos.

Para esse grupo, conhecido como Escola Paulista de Sociologia, as condições impostas pelo cativo impediram a existência de famílias escravas, situações agravadas ainda pela separação provocada por venda ou herança, pela grande desproporção entre homens e mulheres, mas outro motivo para esses autores foi o desinteresse de escravos e senhores na

---

<sup>60</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de Famílias Escravas*. p,23.

formação de uniões sexuais estáveis, que se entendia por dois pontos, a família permanecer unida e a mulher ter o marido como único parceiro sexual, fora disso era a comprovação do comportamento promíscuo dos escravos.

Ao estabelecer comparação na posição de Florestan Fernandes e Emília Viotti da Costa em relação à escravidão, Cristiany Miranda Rocha, destaca:

Neste sentido, podemos notar certa diferenciação entre os posicionamentos desses dois autores diante da escravidão. Muito embora ambos enfatizem a promiscuidade sexual e a ausência de famílias entre os cativos, a forma pela qual um e outro constroem sua argumentação apresenta diferenças marcantes. Enquanto Florestan Fernandes procura entender a suposta situação de “anomia social” em que se encontrava o negro no cativo até o período da pós-abolição, Viotti da Costa mostra-se menos pessimista, ao identificar as mudanças legais e o aumento do número de casamentos entre os escravos a partir da década de 1850.<sup>61</sup>

Em sua obra *As religiões africanas no Brasil*, Roger Bastide, considerou que a ausência de famílias entre os escravos, era causada pela desproporção entre o número de homens e de mulheres que impediu a manutenção de heranças culturais africanas, chegando a afirmar que, a mesma mulher dormia ao acaso de seus caprichos ora com um macho, ora com outro, e mesmo que esses homens fossem da mesma etnia, ioruba ou daometana, a mulher quando tinha filhos não podia saber quem era o pai.

Temos então como denominador comum a esses autores uma tentativa de combater as teorias raciais nas quais o negro é apresentado

---

<sup>61</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas*, p. 28.

como “promíscuo” e desprovido de valores morais. Para Gilberto Freyre e a Escola Paulista de Sociologia, o sistema escravista foi o responsável pela ausência de vida familiar entre os cativos e não a inferioridade racial como apresentavam o conde de Gobineau e Nina Rodrigues.

A partir do final da década de 1970, a discussão em torno da família desenvolvia nos Estados Unidos, procurava mostrar em oposição à historiografia tradicional que o casamento religioso era uma realidade dentro da família dentro da sociedade escravista brasileira.

Partindo de uma perspectiva do escravo enquanto sujeito histórico ativo, em oposição à idéia que o colocava como mero objeto desprovido de humanidade e vontade próprias, historiadores brasileiros empreenderam esforços com o objetivo de se resgatar as possibilidades de autonomia e espaços possíveis dentro do cativo.

O início dos anos 1980 no Brasil foi marcado pelo início da redemocratização, com destaque para a campanha das “diretas já!”, estimulou uma série de estudos que tinham por objetivo colocar na cena histórica a ação dos homens marginalizados dentro da sociedade em que viveram. Segundo Cristiany Miranda Rocha, “a maioria, senão boa parte foi influenciada pela obra de E. P. Thompson sobre a classe operária inglesa, principalmente no que se refere ao conceito de economia moral”. Embora tenha sido criado para se pensar a sociedade inglesa do século XVIII tal conceito foi utilizado aqui por historiadores da escravidão, no sentido de

demonstrar que o escravo tinha uma concepção própria daquilo que ele considerava como justo ou inaceitável dentro do cativo.

Em 1988 foi publicada no Brasil a obra *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*, de Stuart B. Schwartz, até hoje considerada referência para os estudos do Brasil colônia, em especial da família escrava, sua formação através dos sacramentos da Igreja relativos ao matrimônio e do compadrio. Embora o autor observasse que as uniões familiares também eram consensuais, seja para escravos ou livres.

A desproporção numérica entre sexos encontrada na maioria dos engenhos com restrições aos cativos representou o objetivo de impedir a formação de famílias, o que era agravado com a intrusão do senhor em sua vida familiar, cujo poder era expresso no impedimento de uniões, designação de parceiros e época do casamento e separação da família, como demonstrado a seguir:

A oportunidade de os escravos formarem uniões permanentes com alguma esperança de que não seriam separados de seus cônjuges e filhos conforme os caprichos do senhor parecia algo primordial pra a família escrava. Como todos os aspectos da vida dos cativos, esse problema é complexo, pois temos de lidar com as formas, estratégias e oportunidades usadas pelos escravos e com as proporcionadas pelos senhores dentro do contexto de uma forte tradição católica, às vezes conflitante com um ainda mais forte desejo de lucro. Casamento e família não estavam necessariamente relacionados no sentido de que a união oficialmente sancionada, o matrimônio sacramentado pela Igreja, era um pré-requisito para escravos ou pessoas livres formarem família. O problema, então, tinha quatro ângulos: as normas legais e canônicas do

casamento, a realidade na sociedade, as atitudes e ações dos senhores e as percepções e atuações dos cativos.<sup>62</sup>

Procuramos até aqui, demonstrar a demografia e as formas de exploração do trabalho escravo, assim como a questão da promiscuidade corrente entre os escravos, mas devemos observar em especial para o período colonial que tudo que estivesse fora dos padrões cristãos europeus, como as africanidades eram tidas como promiscuidade. A família escrava, monogâmica e estável, pelo menos nessa região, seria uma instituição plenamente viável, apesar das dificuldades ao seu desenvolvimento postas pela própria escravidão como observa Slenes: provavelmente ajudou muitos cativos a conservarem sua identidade e a lidar eficazmente com pressões psicológicas da escravidão, porém, ao mesmo tempo, ela forneceu aos proprietários das plantations um poderoso instrumento de controle social". (Slenes, 1976, p.414)

A possível ausência do estímulo aos matrimônios legítimos não implicava a inexistência da difusão daquelas relações, uniões consensuais de caráter estável, sendo que a tendência dos grupos dominantes no Brasil, como também dos viajantes estrangeiros, de verem as uniões consensuais, não sancionadas pela Igreja, como indício de falta de moralidade.

Cabe aqui considerar o trabalho de Grahan, baseado em um inventário, feito em 1791, dos escravos pertencentes à fazenda Santa Cruz, localizada a pouco mais de 50 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro e

---

<sup>62</sup>SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*/tradução Laura Teixeira Mota.- São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 310-314.

que, propriedade jesuítica até 1759, passara às mãos da Coroa e a esta pertencia à época do inventário referido. Em um plantel de 1347 cativos, verifica o autor que, levando-se em conta a população escrava com 15 ou mais anos de idade, 68,3% do total de homens eram casados ocorrendo com 67,6% do total de mulheres; computando-se as crianças menores de 15 anos, 77,4% delas viviam em grupos familiares nos quais ambos os pais estavam presentes. Graham faz questão de salientar a provável atipicidade da Fazenda Santa Cruz; talvez, porém, esta especificidade esteja refletida não tanto na existência significativa dos grupos familiares escravos, e sim tão-somente nos níveis de legitimação que caracterizam tais grupos naquele grande plantel. Ademais, em que pese a importância que se possa atribuir à idiossincrasia do relator do inventário em questão – o fato de serem tão cuidadosamente separados em grupos familiares sugere uma imagem particularmente fixa da vida familiar – o próprio autor reconhece que não há dúvida de que teria sido mais fácil fazer uma resenha dos escravos, enumerando rapidamente homens, mulheres e crianças” (Graham 1979, p.57)

O artigo de Sheila de Castro Faria intitulado *Família escrava e legitimidade*. Estratégias de preservação da autonomia abordam questões significativas, como “o que era ser escravo? Segundo a autora, difícil de responder, mas pode-se ter certeza que com a nova historiografia que a vida do escravo não se limitava a trabalhar, comer e dormir acorrentado a grilhões , as pesquisas demonstram uma comunidade que em seu cotidiano

trabalhava, comia, amava, odiava convivendo intimamente com outros escravos e não escravos, andando pelas ruas, conversando e tramando.

Baseada nos registros paroquiais da freguesia de São Gonçalo do Recôncavo da Guanabara, no século XVII, anteriores à tentativa de normatização das *Constituições Primeiras*, são absolutamente esclarecedores sobre o comportamento sexual e social dos escravos. Neles a autora consegue identificar como a mulher solteira tinha a possibilidade de nomear o pai de seu filho, através de formas enunciadas abaixo:

- 1- Referência explícita à relação matrimonial sancionada pela Igreja: “casada com”; “mulher de” e, literalmente, “filho legítimo de”;
- 2- Indicação do pai que não era marido: a forma era via de regra, a seguinte: “João, filho de Maria, escrava de Manoel da Silva, que nomeou por pai Joaquim, escravo de José Dantas”;
- 3- Referências só à mãe: quase sempre, nesse caso, o pai era designado como “incógnito”, obedecendo mais ou menos à seguinte forma: “Manoel, filho de Tereza, escrava de João de Abreu, e de pai incógnito”

A idéia de o escravo ser considerado como um agente histórico era praticamente impossível de ser compreendida pelos contemporâneos porque eram normalmente relacionados em listagem de gado e produtos e eram vistos como indivíduos que viviam na barbárie, longe da civilização pela própria incapacidade em perceber os princípios da civilização, e essas idéias tiveram plena aceitação pelos historiadores até recentemente. A

principal tática de dominação foi a “coisificação”. O negro teria sido passivo frente à dominação violenta ou paternalista dos senhores, só rompendo essa situação ao lutarem contra o escravismo, morrendo ou se organizando em quilombos e mocambos. Trabalhos da década de 1980 se caracterizaram pela revisão dos estereótipos, mostrando o negro atuando também entre os extremos: escravo passivo e quilombola herói.

Ao se tentar recuperar a história de vida procurando vislumbrar certa autonomia de atos e decisões, historiadores comprovam que apesar do escravo ser identificado nos escritos oficiais e relatórios dos cronistas e viajantes como mercadoria, sinônimo de coisa, eles próprios não se viam assim e nem mesmo os que com eles conviviam. Em sua obra *A Colônia em Movimento*, Sheila de Castro Faria destaca:

O Norte Fluminense e o município de São Gonçalo (no recôncavo da Guanabara) foram áreas que preservaram documentação paroquial para escravos. São Gonçalo, lugar de produção açucareira, no século XVII, passou, no século seguinte, a modificar suas atividades em direção a produção comercial de alimentos. O Norte Fluminense, produtor de gado no século XVII, ainda se encontrava com fronteira agrícola em expansão, no século XVIII, com a montagem da agroindústria açucareira. As relações senhor/escravo dentro de áreas em transformação, mostraram-se bastante diferentes das descritas para outras áreas coloniais brasileiras, em particular para o recôncavo baiano, de ocupação antiga e estabilizada nas atividades agrárias, no século XVIII, o que permitiu observações comparativas que indicavam que o universo escravo foi bem mais complexo e diversificado do que as antigas análises permitiam vislumbrar”.

### **Demografia da família escrava**

Tema enriquecedor foi o estudo da demografia escrava no Brasil a partir de estudos feitos por Iraci del Nero, Robert Slenes, Sheila de Castro Faria, entre outros. José Flávio Motta no capítulo IV, *Historiografia e família escrava da sua obra Corpos Escravos Vontades Livres – posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*, parte dos questionamentos sobre promiscuidade e instabilidade e a possibilidade da existência de relações estáveis entre os escravos no Brasil, fazendo um verdadeiro levantamento sobre as várias tentativas de justificativas para o pensamento em relação à possibilidade da existência de uma família negra, como Nina Rodrigues um médico mulato, citado pelo autor:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turefários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo. Na trilogia do clima intertropical inóspito aos brancos, que flagela grande extensão do país; do negro que quase sempre não se civiliza; do português rotineiro e improgressista, duas circunstâncias conferem ao saliente preeminência: a mão forte contra o branco, que lhe empresta o clima tropical, as vastas proporções do mestiçamento que, entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por longo prazo pelo menos, na direção suprema da raça branca. E esta foi a garantia da civilização nos Estados Unidos. Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento de nosso país, consideramos a supremacia imediata ou

mediata da raça negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo caso sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo.<sup>63</sup>

A essa colocação de forte cunho racial de Nina Rodrigues em sua obra *Os Africanos no Brasil*, José Flávio Mota usou a afirmativa de Gilberto Freyre que ao se opor ao médico maranhense, afirmava:

Se há hábito que faça o monge é o do escravo; e o africano foi muitas vezes obrigado a despir sua camisola male para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil. Para de tanga o calça de estopa tornar-se um carregador de tigre. A escravidão desenraizou o negro do seu meio social e de sua família, soltando-o entre gente estranha e muitas vezes hostil. Dentro de tal ambiente, no contato de forças tão dissolventes, seria absurdo esperar de um escravo outro comportamento senão o imoral, de que tanto o acusam.<sup>64</sup>

Percebe-se, no entanto, que a característica socioeconômica, o ser escravo substitui a característica puramente étnica, o ser negro, aflorando a ideologia racial do elemento branco, mas a promiscuidade e a atitude imoral permanecem, embora sua causa não seja mais a mesma. A família patriarcal, categoria privilegiada por Freyre, englobava não somente o senhor de engenho, sua mulher e filhos legítimos, genros, noras e netos, mas também os parentes, agregados, filhos naturais, afilhados, escravos, todos vivendo no complexo casa-grande/senzala.

Noutros vícios escorregava a meninice dos filhos do senhor de, engenho; nos quais, um tanto por efeito do clima e muito em conseqüência das condições de vida criadas pelo sistema escravocrata, antecipou-se sempre a atividade sexual, através de práticas sadistas e bestiais. As primeiras vítimas eram os moleques e animais domésticos; mais tarde é que vinha o grande atoleiro de carne: a negra ou a mulata. Nele é que se perdeu, como em areia gulosa,

---

<sup>63</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2010, p. 7.

<sup>64</sup> MOTTA, José Flávio, citando Gilberto Freyre In *Corpos Cativos Vontade Livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo; FAPESP; Annablume, p. 175.

muita adolescência insaciável. Daí fazer-se da negra ou mulata a responsável pela antecipação de vida erótica e pelo desbragamento sexual do rapaz brasileiro. Com a mesma lógica poderiam responsabilizar-se os animais domésticos; a bananeira; a melancia; a fruta do mandacaru com seu visgo e a sua adstringência quase de carne. Que todos foram objetos em que se exerceu – e ainda se exerce – a precocidade do menino brasileiro. (Freyre, p 389)

As relações familiares entre os cativos, ao se referir à obra clássica do jurista Perdigão Malheiro, *A Escravidão no Brasil – Ensaio Histórico, Jurídico, Social*, que apesar de possuir escravos procurava justificar o fim do trabalho escravo, dizendo que as suas ideias abolicionistas, embora moderadas, não eram de ocasião:

Entre nós, infelizmente, os escravos vivem em uniões ilícitas, por via de regra, tanto os do serviço urbano<sup>2</sup> + como os do rural; entregues, por conseguinte, à lei da natureza ou à devassidão. Em algumas partes, é verdade confessar, sobretudo entre os lavradores, não é raro virem-se famílias de escravos, marido, mulher, filhos. A Igreja, ante a qual todos são iguais, sanciona e legitima esses matrimônios, embora por séculos fosse a escravidão impedimento dirimente para o casamento. O Direito Civil, porém, quase nenhuns efeitos, em regra, lhes dá, conquanto reconheça o fato e o sancione implicitamente pela recepção das leis da Igreja. Continuam marido, mulher e filhos a ser propriedade do senhor.<sup>65</sup>

Embora saibamos as dificuldades das fontes, em especial sobre o século XVIII, e mais ainda no que se refere à demografia histórica, vamos tentar nos aproximar o mais possível da realidade vivida nesse período, esses estudos nos permitem perceber como se dava a formação demográfica da população escrava. O primeiro ponto a ser destacado é o desequilíbrio entre a população escrava, no que se refere a gênero, ou seja,

---

<sup>65</sup> Malheiro, Perdigão. *A Escravidão no Brasil. Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. 3 ed. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976. p. 60-61.

o nível de masculinidade muito elevado, em especial nas grandes fazendas, com produção voltada para o exterior. Por que esse desequilíbrio? Percebe-se claramente como o comércio de escravos era rendoso e a reposição constante, o tráfico tinha um peso significativo na economia, com a importação de africanos homens refletindo na composição dessa demografia. Em ensaio intitulado *Lares Negros, Olhares Brancos : Histórias da Família Escrava no século XIX*, Robert Slenes destaca:

Os estudos recentes também não negam o impacto do grande desequilíbrio numérico entre homens e mulheres (decorrente do tráfico africano e posteriormente, nas regiões cafeeiras, do comércio interno de escravos) sobre as possibilidades dos cativos construírem famílias estáveis. Eles apenas mostram que eram os homens que mais sentiam o impacto, não as mulheres; em Campinas entre 1872-73, nos plantéis com 10 ou mais escravos, somente 30% da população masculina acima de 15 anos compunha-se de casados ou viúvos, cifra bem abaixo da proporção na população feminina. Finalmente, as novas pesquisas não indicam que os escravos internalizaram as famílias de seus senhores, ou que suas normas permitiam apenas o monogâmico.<sup>66</sup>

Ainda nesse ensaio, Slenes faz críticas ao uso indiscriminado das referências aos viajantes supervalorizando o seu olhar sobre o comportamento da população escrava, promíscuo, sem limites morais, sem família, ou seja, sem princípios como os estabelecidos na Europa, e indaga: Por que não usar as fontes no lugar dos depoimentos dos observadores brancos da época da escravidão? E apresenta seu objetivo de mostrar que o “desvio” não estava no lar negro, mas no olhar branco.

---

<sup>66</sup> SLENES, Robert W. *Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX*. Revista Brasileira de História, v. 8. Nº 16, mar. 88/ago. 88. São Paulo. p.193.

Iraci Del Nero da Costa no seu artigo “Os viajantes estrangeiros e a família escrava no Brasil” procura mesmo registrando os preconceitos e distorções já apresentadas por Slenes, em relação à população escrava, percebe as possibilidades de se extrair também nesses relatos uma percepção de família escrava e para tal faz um relato dos principais viajantes que nos seus escritos dão a oportunidade de percepção da família escrava. Vejamos:

A religião os acolhe ao pé dos altares. Casa-os. Mas não lhes garante a família, a esposa, os filhos ( ... ) A fome não penetra na senzala. Nela não se morre de inanição, mas não existem famílias: há ninhadas”. Significativo o diálogo entre um senhor e Ivan Melchior:

“– O que eu faço de minhas negras? Mas eu as emprego segundo a sua própria natureza: elas procriam”.

“- Cada uma possui um marido? Perguntei”

“ – Costuma-se dar, num rebanho, um carneiro a cada ovelha e um bode a cada cabra em legítimo casamento?”

Outros autores, ainda segundo Iraci del Nero da Costa, alguns viajantes fazem somente referência sobre a família, mas merecem destaque especial Koster e Rugendas: vejamos o primeiro, que afirmava que da bondade humana era denunciada pela conduta com a família e seus companheiros e que os negros eram muito dedicados a suas mulheres, filhos, e outros parentes e seus malungos, camaradas de travessia d’África. Ficando evidente que a aludida dedicação à família era uma prova de que a escravidão não destruiu os laços de solidariedade entre os escravos, que procuravam constituir família com a finalidade de

garantir um mínimo de segurança e privacidade num mundo socioeconômico que lhes era absolutamente hostil. A família, podemos hoje afirmar, seria uma forma de resistência a esta situação em que se encontravam, preservando seus hábitos e costumes próprios, demonstrada pela homogamia pela origem e pela cor, como demonstram pesquisas mais recentes.

Fica evidente que a aludida dedicação à família é uma prova de que a escravidão não destruiu os laços de solidariedade entre os escravos, que procuravam constituir família com a finalidade de garantir um mínimo de segurança e privacidade num mundo socioeconômico que lhes era absolutamente hostil. A família, podemos hoje afirmar seria uma forma de resistência a esta situação em que se encontravam, preservando seus hábitos e costumes próprios, demonstrada pela homogamia pela origem e pela cor, como demonstram pesquisas mais recentes.

Rugendas ao andar pelo meio rural observava: “Em geral, os colonos facilitam os casamentos entre escravos, pois sabem, por experiência, que é a melhor maneira de prendê-los à fazenda e a mais forte garantia de sua boa conduta. Entretanto, não se pode negar que haja inúmeras exceções a essa regra e que, muitas vezes, os senhores, pelos seus exemplos, provocam eles próprios a devassidão de costumes dos escravos. Ocorre, ainda, que as relações entre escravos do sexo feminino e do sexo masculino tornam impossível a severa observância da moral ou a perseverança conscienciosa na fidelidade conjugal”.

É nas fazendas do clero ou dos conventos que os escravos são mais bem tratados (...). As mulheres casam-se com quatorze anos, os homens com dezessete a dezoito; em geral incentivam-se esses casamentos. As jovens mulheres participam dos trabalhos do campo e aos recém casados se dá um pedaço de terra para construir sua cabana e plantar, por conta própria certos dias.<sup>67</sup>

Segundo José Flávio Motta a sobrevivência de “africanismos” entre os escravos era encarada como promiscuidade, característica da população cativa, sendo considerado promíscuo tudo o que se distanciava da moral cristã européia. O autor cita Kátia Mattoso, no que ela se refere à família negra africana, onde a comunidade ou etnia comum ocupam o lugar da família. Na África, ser primo ou irmão não implica qualquer vínculo consangüíneo. Os membros de uma mesma etnia consideravam-se geralmente irmãos. Ser primo era, sobretudo, ser amigo. O conjunto de moradores da mesma casa congregava primos distantes, tios e tias, jamais se limitava aos pais e aos filhos. O que define a família africana é o antepassado comum. Se a descendência se faz numerosa demais, um ramo se separa e nova família é formada. As sociedades africanas fundamentam-se, pois na linhagem. (Mattoso,1982, p.125)<sup>68</sup>

Carlos Engemann em seu trabalho *De laços e de nós* ressaltou que a partir da década de 1990, surgiram vários estudos que demonstravam a existência de famílias escravas com grande complexidade dos grupos parentais, com referência à obra *a Paz das Senzalas* de Manolo Florentino e José Roberto Góes, onde criam um modelo teórico envolvendo

---

<sup>67</sup> RUGENDAS, João Maurício. Viagem pitoresca através do Brasil. São Paulo. Martins/EDUSP, 1972, p. 144.

<sup>68</sup> MOTTA, José Flávio. *Corpos Ardentes Vontades Livres*- posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829, FAPESP/ANNABLUME, p. 192-193.

escravidão, parentesco e o interesse senhorial, sugerindo que uma nova tarefa se impunha, a ser superado o conceito de promiscuidade como marca determinante da existência ou não da família escrava,

As comunidades escravas se tornaram um *locus* privilegiado de reflexões, por serem as mais abrangentes disposições sociais até então imaginadas para os cativos. Assim, sabemos que nosso trabalho estará ingressando num conjunto mais amplo que vem tentando determinar a existência da comunidade escrava e dos seus fatores formadores. Nesse sentido, um primeiro movimento é o de passar a tratar de comunidades escravas, no plural. Dada a pluralidade de ambientes onde o cativo poderia se instalar, a formação de comunidades obedeceria a esta ambiência. É possível que houvesse uma comunidade de cativos no meio urbano do Rio de Janeiro, já que este espaço abrigava escravos de vários senhores diferentes, mas que circulavam e interagiam entre si.<sup>69</sup>

Nesse estudo sobre a Fazenda de Santa Cruz, Engemann demonstrou ser possível deduzir que os plantéis, principalmente os que possuíam relativo equilíbrio sexual, tenham se constituído em unidades comunitárias, visto que a comunidade escrava é produto da família surgida em cativo.

### **Perfil da família escrava na Fazenda de Sant' Anna de Macaé em 1775**

Somente 17 anos, após os autos de sequestro da Fazenda de Macaé dos padres jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro, foi realizado no dia 10 de julho de 1775, o inventário que tratava sobre a população escrava ainda existente na Fazenda. Nesse inventário, é possível perceber o equilíbrio que havia entre a população escrava masculina e feminina, situação pouco comum na América Portuguesa do século XVIII em especial em áreas de população escrava numerosa.

---

<sup>69</sup> ENGEMANN, Carlos. De laços e de nós – 1ª reimpressão – Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.p.28.

A distribuição da população escrava da Fazenda de Macaé confirmava o equilíbrio que havia entre a população masculina e feminina, apresentando grande concentração nas faixas etárias de 1 a 45 anos, equivalentes a 86% da população escrava. Como se pode observar na tabela 2.

**Tabela 2**

**ESCRAVARIA DA FAZENDA DE SANT' ANNA DE MACAÉ EM 1775**

	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
(#)	112	105	217
(%)	51,61%	48,39%	100%

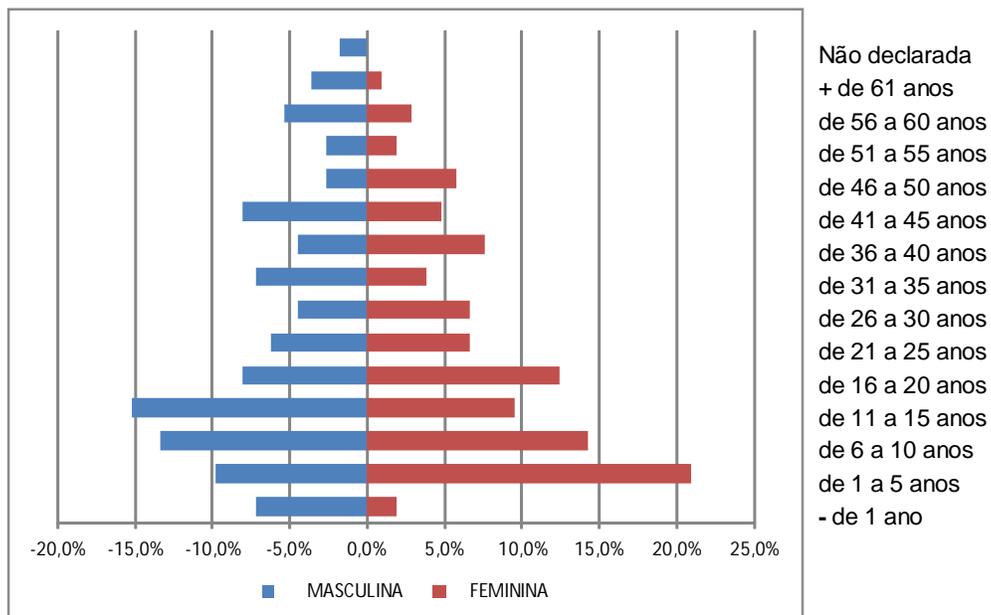
Fonte: Traslado do inventário de 10 de julho de 1775. Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ. Códice 81- 20,23.

A tabela de número 2 que trata da população escrava da Fazenda de Sant'Anna demonstra a existência de uma concentração da população em faixas etárias com idades entre menos de 1 ano até 10 anos foram registrados percentuais elevados, atingindo 32,6% da população encontrada em 1775, concluindo-se pelo alto nível de fertilidade entre os cativos.

Na faixa que atingia a idade fértil e produtiva economicamente, isto é, de 11 a 45 anos era onde se encontrava grande parte dessa população cativa com 52,5%, distribuída da seguinte maneira: 27,6% constituída por homens e 24,9% por mulheres.

**Gráfico 1**

### POPULAÇÃO ESCRAVA DA FAZENDA DE SANT' ANNA DE MACAÉ EM 1775



**Tabela 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCRAVA DA FAZENDA DE SANT' ANNA DE MACAÉ EM 1775**

Faixas Etárias	Masculina		Feminina		Total	
	(#)	(%)	(#)	(%)		(%)
- de 1 ano	8	7,1%	2	2,0%	10	5,0%
de 1 a 5 anos	11	9,8%	22	21,0%	33	15,0%
de 6 a 10 anos	15	13,4%	15	14,0%	30	14,0%
de 11 a 15 anos	17	15,1%	10	9,5%	27	12,5%
de 16 a 20 anos	9	8,0%	13	12,0%	22	10,0%
de 21 a 25 anos	7	6,3%	7	6,5%	14	6,5%
de 26 a 30 anos	5	4,5%	7	6,5%	12	5,5%
de 31 a 35 anos	8	7,1%	4	4,0%	12	5,5%
de 36 a 40 anos	5	4,5%	8	7,5%	13	5,9%
de 41 a 45 anos	9	8,0%	5	5,0%	14	6,5%
de 46 a 50 anos	3	2,7%	6	6,0%	9	4,0%
de 51 a 55 anos	3	2,7%	2	2,0%	5	2,3%
de 56 a 60 anos	6	5,4%	3	3,0%	9	4,0%
+ de 61 anos	4	3,6%	1	1,0%	5	2,3%
Não declarada	2	1,8%	-	0%	2	1,0%
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>100,0%</b>	<b>105</b>	<b>100,0%</b>	<b>217</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Traslado do inventário de 10 de julho de 1775. Arquivo do

Ministério da Fazenda/RJ.Código 81-20,23.

O gráfico 2 demonstra as etnias da Fazenda de Sant'Anna e a predominância de crioulos, perfazendo entre homens e mulheres um total de 40,5% ( quarenta, cinco por cento ); 13% ( treze por cento ) foram classificados como cabras, enquanto 40% ( quarenta por cento ) não tiveram a sua etnia registrada. Os detalhes da distribuição entre homens e mulheres estão descritos na Tabela 4 a seguir.

Embora o predomínio fosse de crioulos e cabras, percebe-se um pequeno número de mulatos (6), pardos (3), mulatinhos (4), cabrinha (1).

Em relação aos escravos com a sua etnia não declarada, perfazendo um total de 87 entre homens (45) e mulheres (42) e equivalente a 40% da população da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé em 1775, seriam eles africanos, mulatos, pardos ou mesmo crioulos?

Apesar das dificuldades em nova documentação, esses números não podem ser definitivos e novas pesquisas poderão permitir resposta mais clara para esta questão.

**Tabela 4 - ETNIAS/CORES DOS ESCRAVOS DA FAZENDA DE SANT' ANNA DE MACAÉ**

**EM 1775**

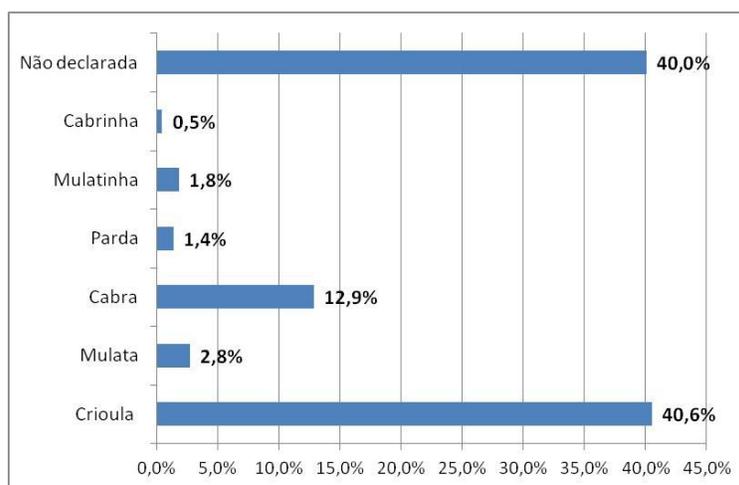
Etnia	Masculino	Feminino	Total
Crioula	45	43	88
Mulata	4	2	6
Cabra	12	16	28

Parda	3	0	3
Mulatinha	3	1	4
Cabrinha	0	1	1
Não declarada	45	42	87
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>105</b>	<b>217</b>

Fonte: Traslado do inventário de 10 de julho de 1775. Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ. Códice 81-20, 23.

### Gráfico 2

#### ETNIAS/CORES DOS ESCRAVOS DA FAZENDA DE SANT' ANNA DE MACAÉ EM 1775



Ao analisar o traslado do inventário da Fazenda de Sant' Anna de Macaé de 10 de julho de 1775, existente no Arquivo dão Ministério da Fazenda/RJ, Códice 81-20,23, encontrei o registro de quarenta e uma famílias estáveis de tipo nuclear, com pai, mãe filhos, atingindo, nesse grupo até a terceira geração. Em alguns casos encontramos casos de viuvez como a de Francisca de 40 anos, mãe de Tereza, de 20 anos e avó

de Manoel ainda de peito; Perciliana, de 50 anos, mãe de Albano, de 20 anos, da Rufina de 18 anos e de Francisco, e avó de Eugênio, filho da Rufina, ainda de peito.

Também um significativo índice de nascimento foi encontrado, como o caso da família de Sebastiana, de 40 anos e Vicente, 48 anos, esse com ofício de barqueiro. Essa família possuía seis filhos com idades que variavam entre 18 e 1 ano e meio; Natalina, de 18 anos, Luzia de 12 anos, Narcizo de 10 anos, Luciano de 7 anos, Maria de 5 anos e Albina de 1 ano e meio. A família foi ampliada com o filho de Natalina, Francisco, de 1 ano. O que chamou a atenção foi a inexistência do registro do pai de Francisco. Exemplo de fertilidade e longevidade foi encontrado na família de Maria, com 55 anos e Gabriel de 60 anos que possuíam uma família de nove filhos: Jonas de 25 anos, Elena de 22 anos, Eusébio de 18 anos, Cipriano de 14 anos, Angélica de 12 anos, Manoel de 8 anos, Custódia de 7 anos, Izabel de 6 anos e Fabiano de 5 anos. Completava a terceira geração Fabiano de 5 anos filho de Elena, também sem o registro do pai. Outro casal longo formado por Dorotéia, de 60 anos e Joaquim, de 70 anos, que tinham uma filha, a Ignácia de 23, com um filho ainda de peito, o Antonio.

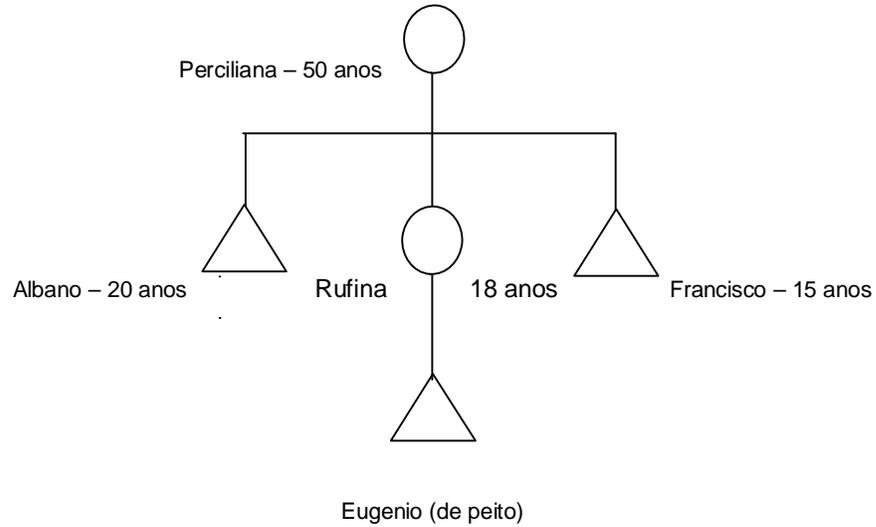
**Famílias escravas existentes na Fazenda de Sant' Anna de Macaé em  
1775**

Ao analisar o traslado do inventário da Fazenda de Sant' Anna de Macaé de 10 de julho de 1775, existente no Arquivo d'ão Ministério da Fazenda/RJ, Códice 81-20,23, constatei o registro de quarenta e uma famílias estáveis de tipo nuclear, com pai, mãe filhos, atingindo, nesse grupo até a terceira geração. Em alguns casos encontramos casos de viuvez como a de Francisca de 40 anos, mãe de Tereza, de 20 anos e avó de Manoel ainda de peito; Perciliana, de 50 anos, mãe de Albano, de 20 anos, da Rufina de 18 anos e de Francisco, e avó de Eugênio, filho da Rufina, ainda de peito.

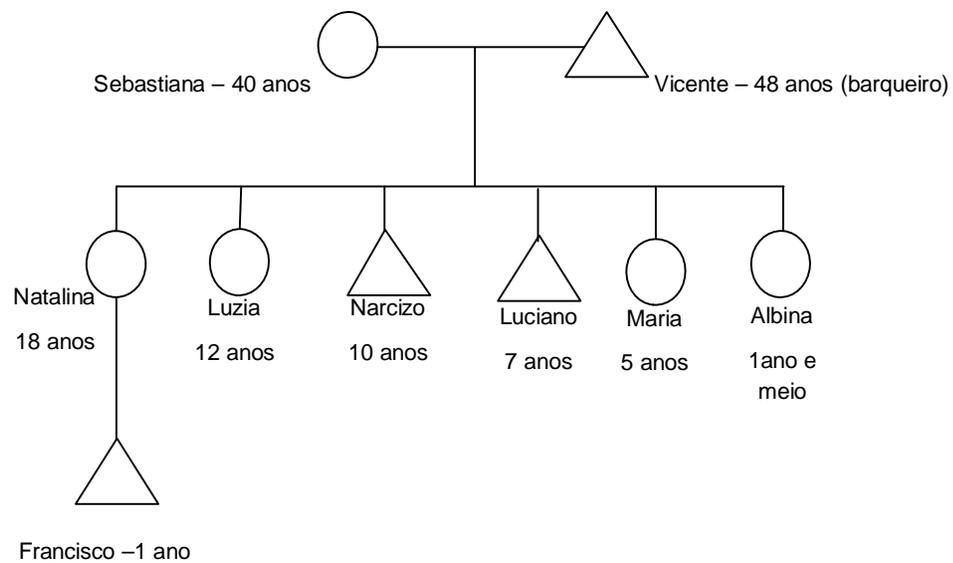
Também um significativo índice de natalidade foi encontrado, como o caso da família de Sebastiana, de 40 anos e Vicente, 48 anos, esse com ofício de barqueiro. Essa família possuía seis filhos com idades que variavam entre 18 e 1 ano e meio; Natalina, de 18 anos, Luzia de 12 anos, Narcizo de 10 anos, Luciano de 7 anos, Maria de 5 anos e Albina de 1 ano e meio. A família foi ampliada com o filho de Natalina, Francisco, de 1 ano. O que chamou a atenção foi a inexistência do registro do pai de Francisco. Exemplo de fertilidade e longevidade foi encontrado na família de Maria, com 55 anos e Gabriel de 60 anos que possuíam uma família de nove filhos: Jonas de 25 anos, Elena de 22 anos, Eusébio de 18 anos, Cipriano de 14 anos, Angélica de 12 anos, Manoel de 8 anos, Custódia de 7 anos, Izabel de 6 anos e Fabiano de 5 anos. Completava a terceira geração Fabiano de 5 anos filho de Elena, também sem o registro do pai. Outro casal longevo fora formado por Dorotéia, de 60 anos e Joaquim, de 70

anos, que tinham uma filha, a Ignácia de 23, com um filho ainda de peito, o Antonio.<sup>70</sup>

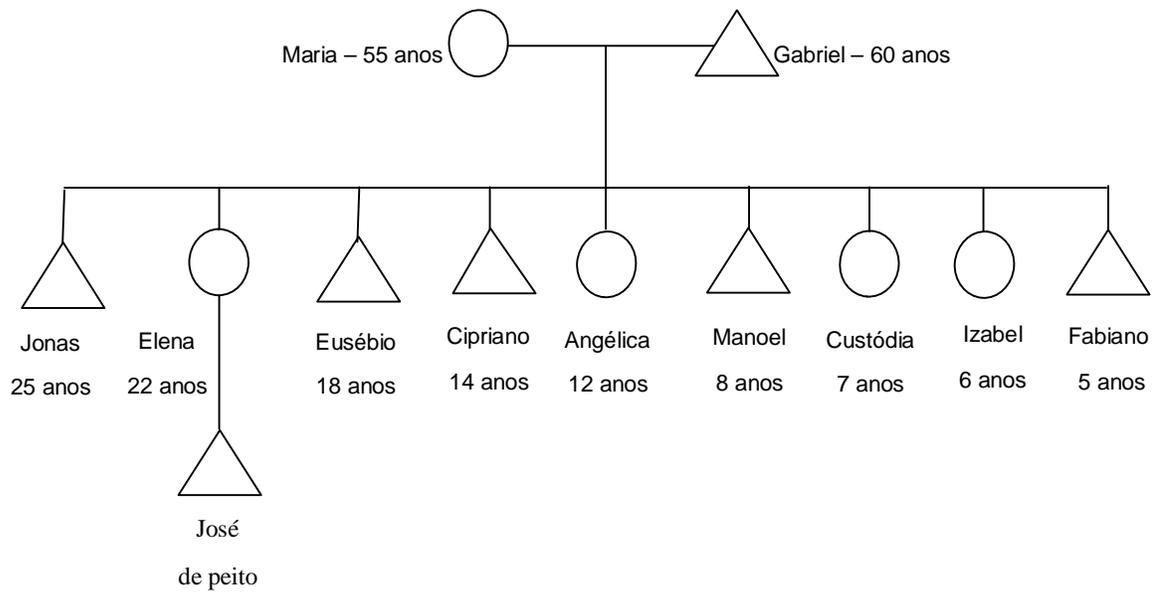
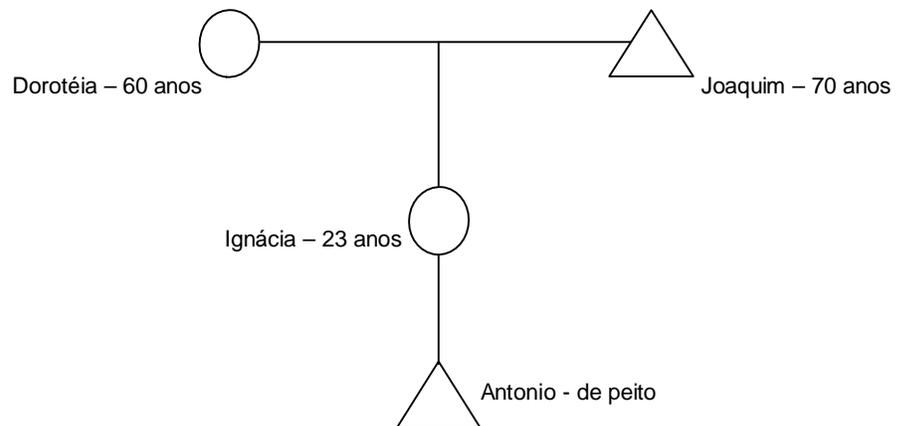
### Família – 3

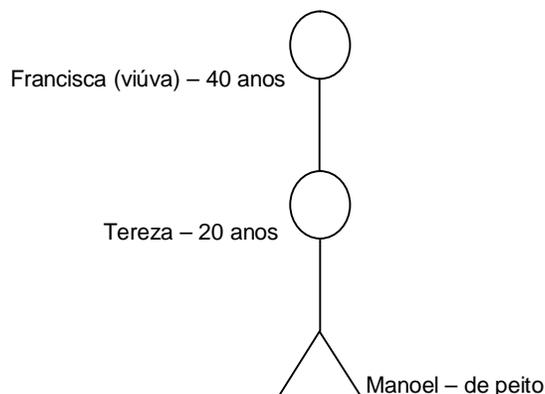


### Família - 4



<sup>70</sup> Observar que a numeração dada às famílias foi resultado da ordem encontrada no traslado do inventário de 1775, existente no Ministério da Fazenda/RJ Cód. 81,20.23

**Família – 29****Família 31**

**Família 32**

Nas famílias que chegaram a formar uma segunda geração, encontramos também uma diversificação muito acentuada no que se refere à natalidade e longevidade, como nas famílias de Maria Trindade, de 50 anos e Adrião de 70 anos, que possuíam cinco filhos: Leonor, de 15 anos; Josefa, de 12 anos; Januário, de 9 anos; Ponciano, de 5 anos e Manoel, de 3 anos.

Outro ponto que chama atenção era a variação no espaço da idade dos descendentes das famílias, o que pode ter sido provocado pela mortalidade ou espaços nos nascimentos naturalmente, o que não é permitido verificar nos inventários. Esse aspecto pode ser destacado na família de Cordélia, de 50 anos e João Gonçalves de 55 anos, com o ofício de barqueiro e que possuíam três filhos, o Gualter de 20 anos, a Joana de

16 anos e Agapito de 5 anos. Em contrapartida, percebe-se o oposto, como na família de Lucrecia, de 30 anos e Venâncio Barreto, de 60 anos, que tinham os filhos Venâncio de 6 anos, Luís de 4 anos, Generosa de 3 anos e Nicolau, de peito. Outro caso que chamou atenção foi a família de Felícia de 40 anos e João Teixeira de 50 anos e mestre de açúcar, com sete filhos: Custódia de 19 anos, Leandro de 11 anos, Custódio de 9 anos, Amaro de 7 anos, Luzia de 5 anos, Sufia de 5 anos e Maria de 1 ano.

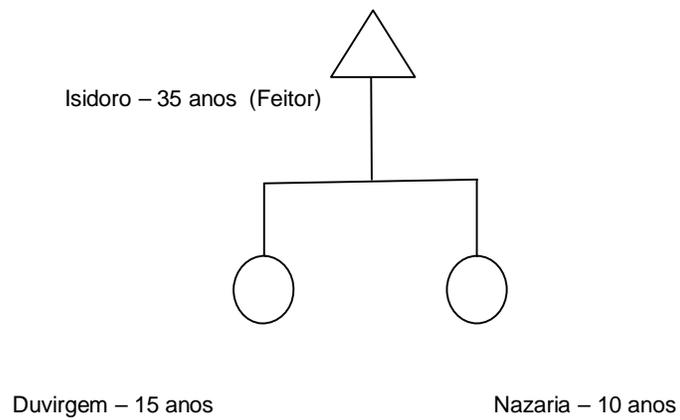
Aspecto fundamental demonstrado pelo traslado do inventário de 1775 é a existência de uma família agregadora que, apesar de em pequeno número, o que era um indício significativo da existência de uma comunidade escrava em Macaé, tipo de relacionamento constatado nas famílias que chegaram a formar uma segunda geração e também naquelas sem uma descendência direta. Chamando atenção para o fato de que os agregados eram predominantemente órfãos, como demonstrado a seguir.

No grupo em que encontramos laços até a segunda geração e as que não tinham descendência direta, esses agregados eram predominantemente órfãos como observado no inventário de 1775:

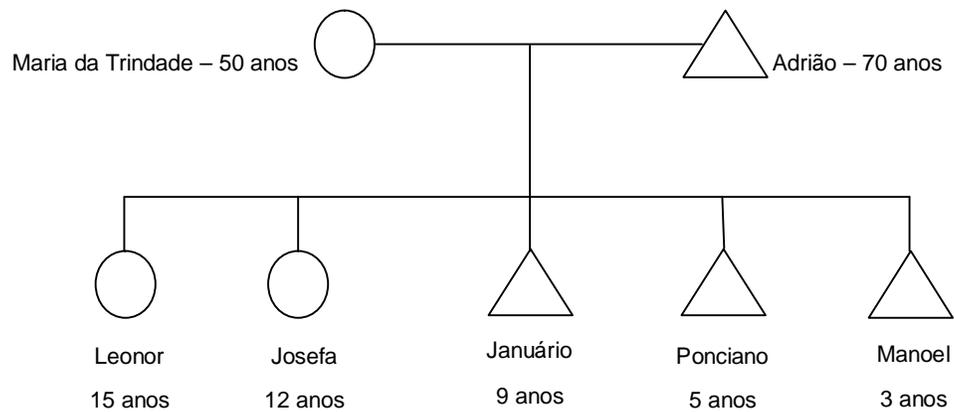
- A de Elena, de 45 anos e Amado de 60 anos que criava Paulo, cabra de 16 anos;
- A de Isabel, de 20 anos e Maurício, de 30 anos que além das filhas Marcelina, de 4 anos e Vicencia de 1 ano, criavam Bernardo, órfão de 12 anos;

- A de Domicia, de 55 anos e Gonçalo de 65 anos que criava Agostinho, órfão de 15 anos;
- A de Francisca, de 60 anos e Cornélio também de 60 anos, que além de sua filha Catarina, criava Silvéria, órfã de 8 anos.

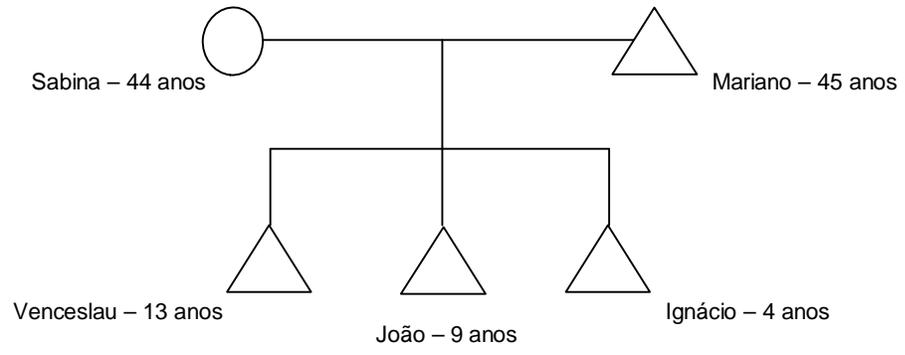
### Família – 1

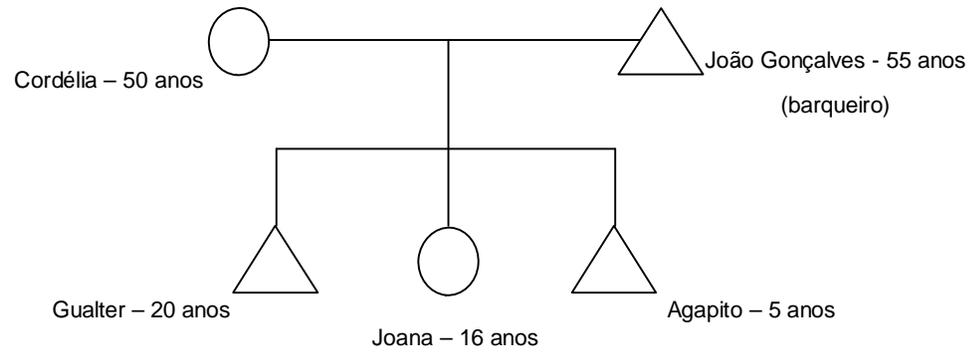
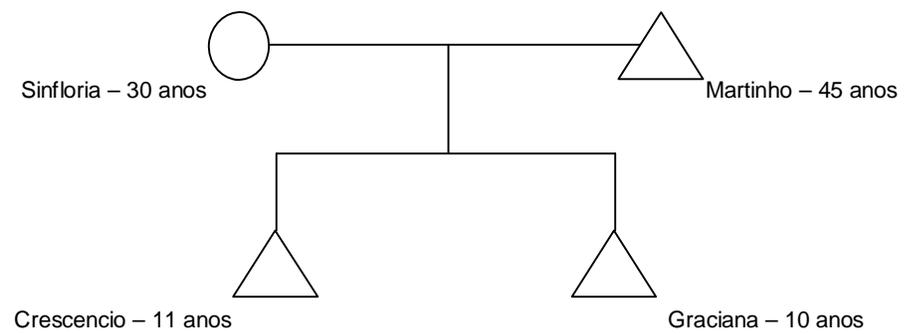


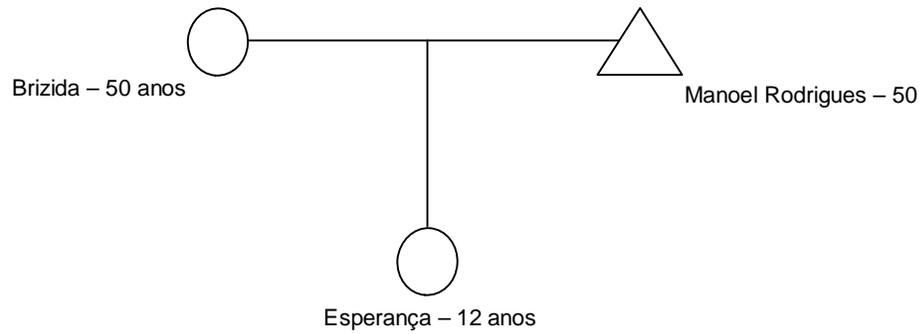
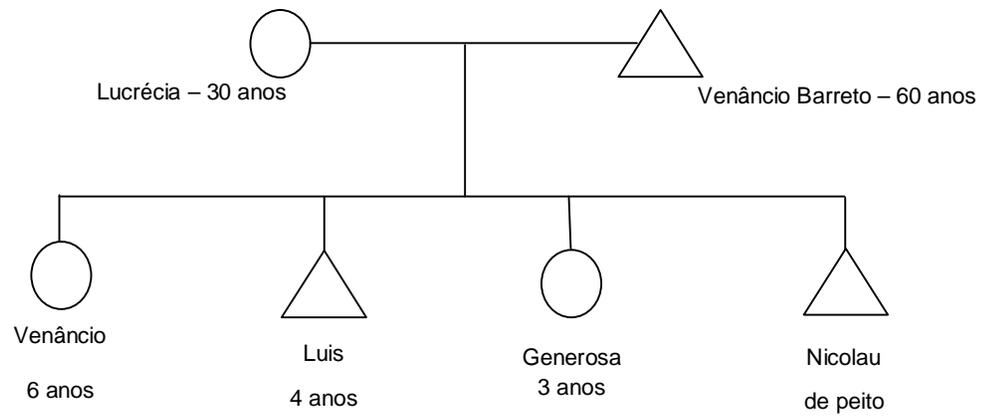
### Família – 5

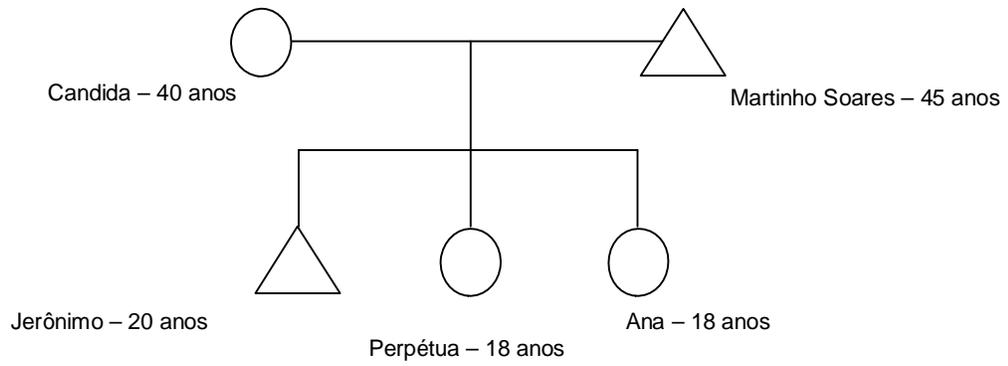


### Família – 6

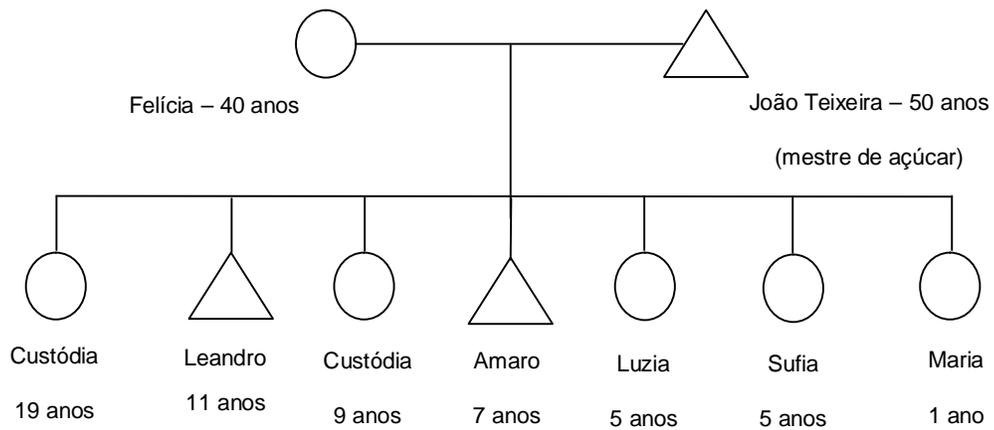


**Família –7****Família – 8**

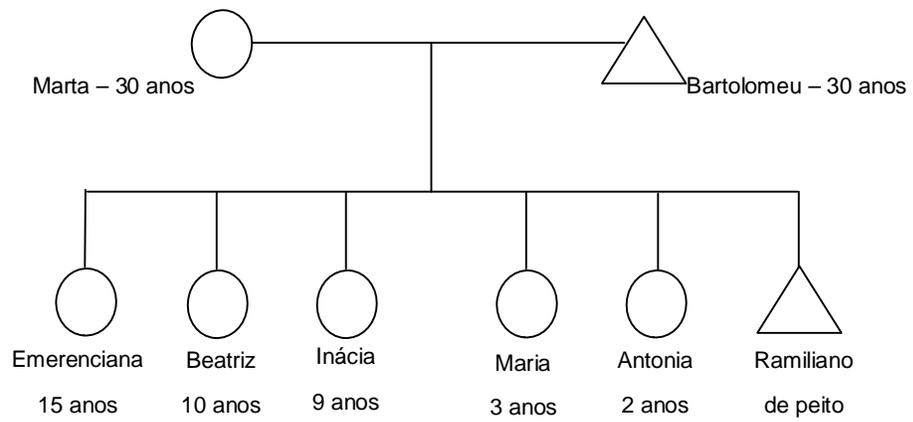
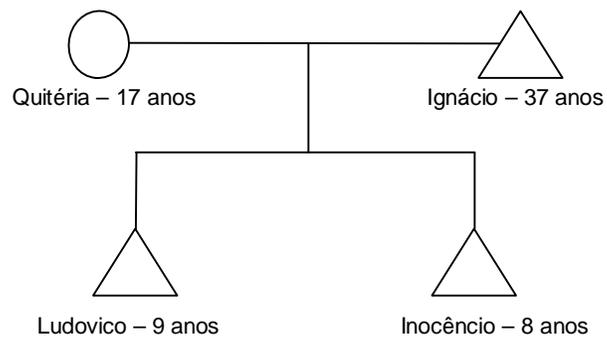
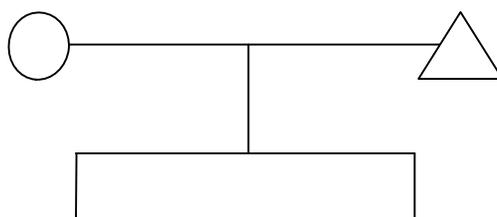
**Família – 10****Família – 11****Família – 13**



### Família – 14



### Família – 15

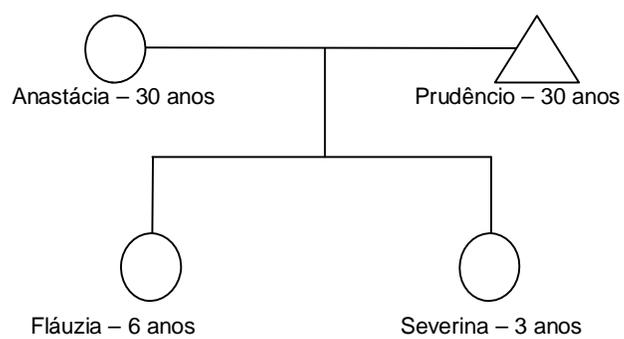
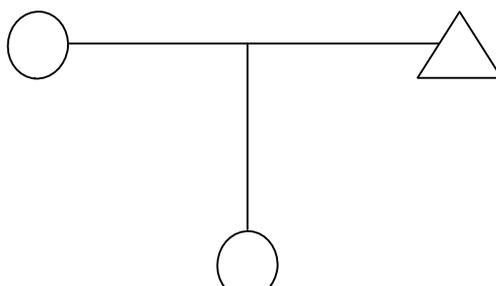
**Família – 16****Família – 17**

Inês – 45 anos

Manoel – 35 anos

Floriano – 16 anos

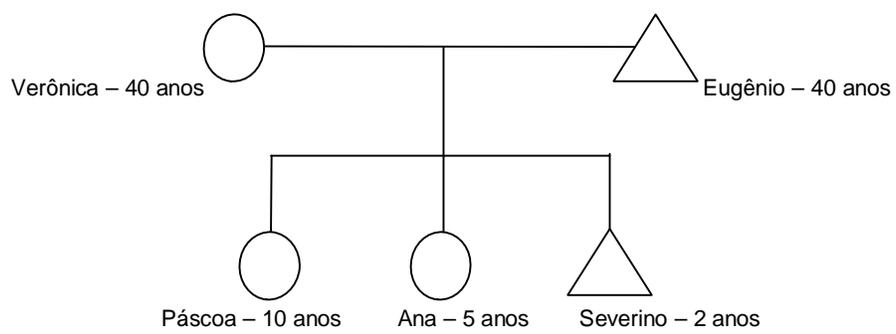
Miguel – 14 anos

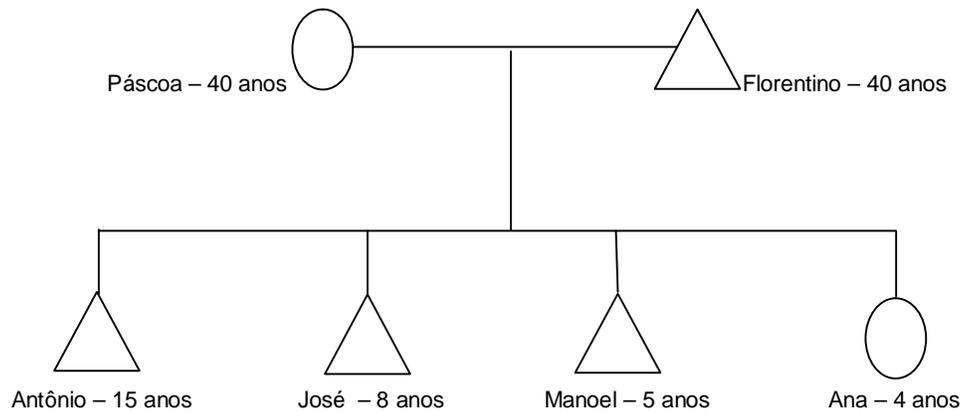
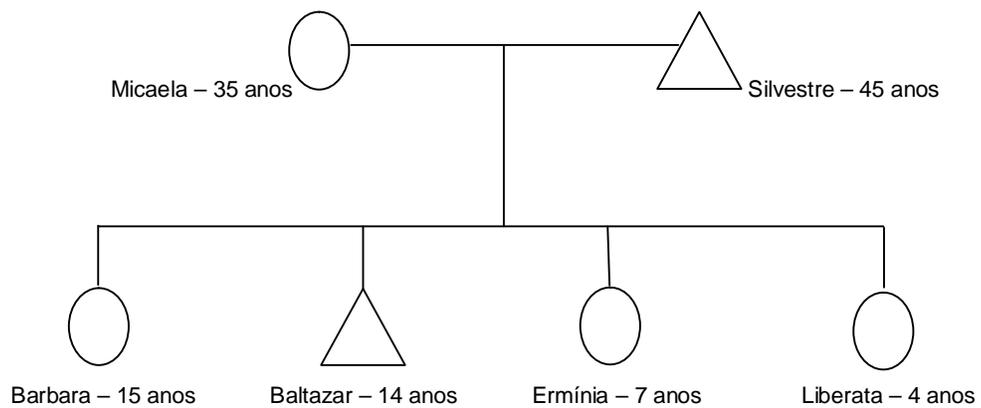
**Família – 18****Família – 19**

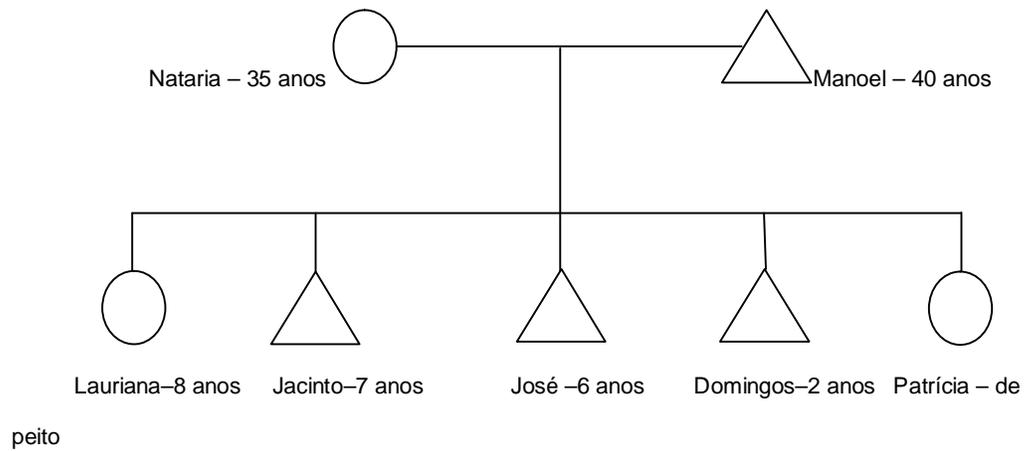
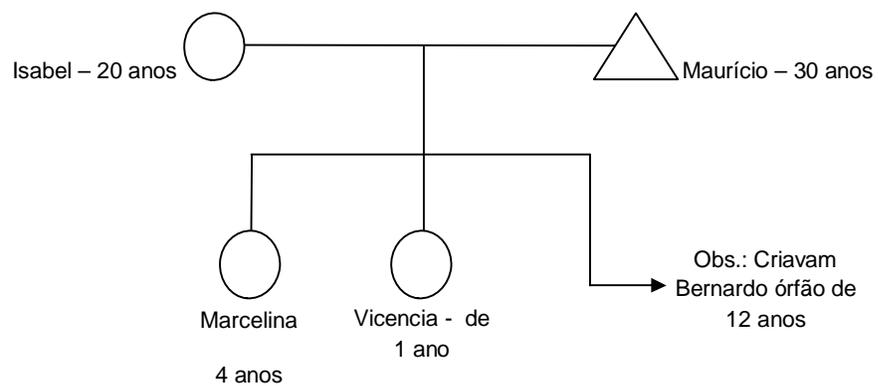
Felismina – 65 anos

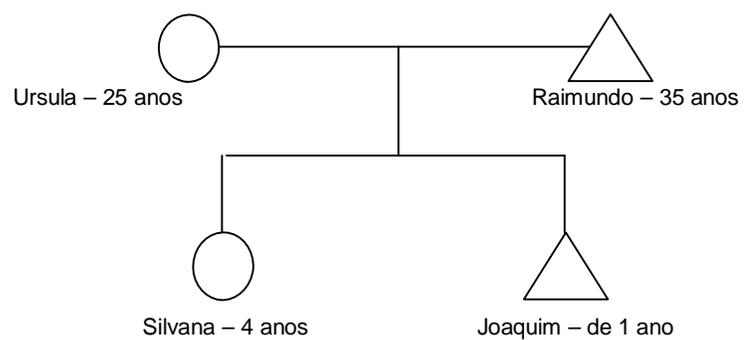
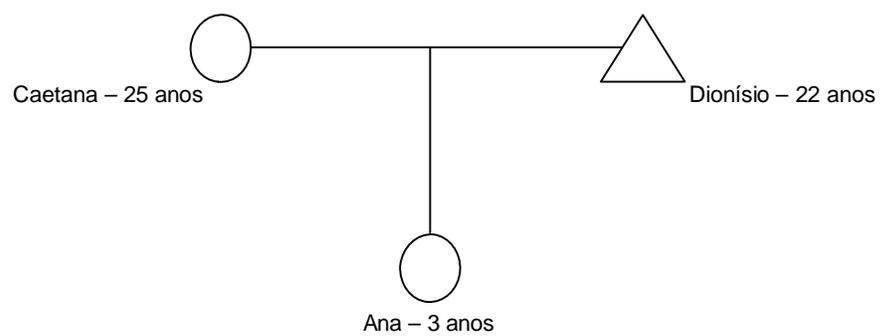
Zacarias – 60 anos

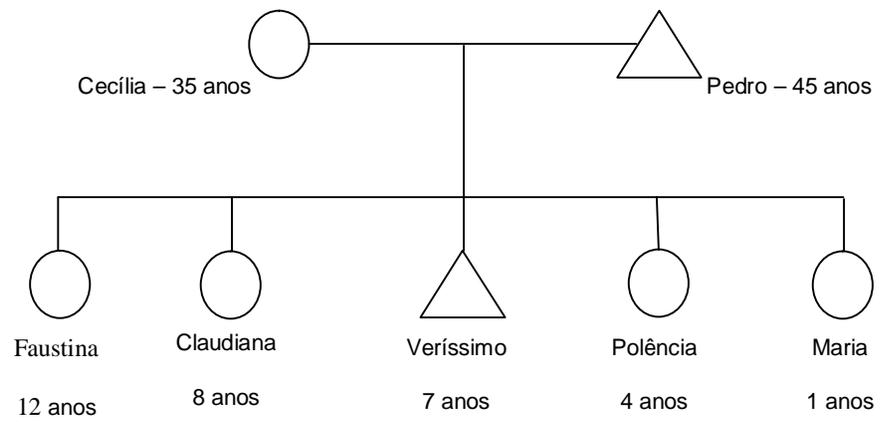
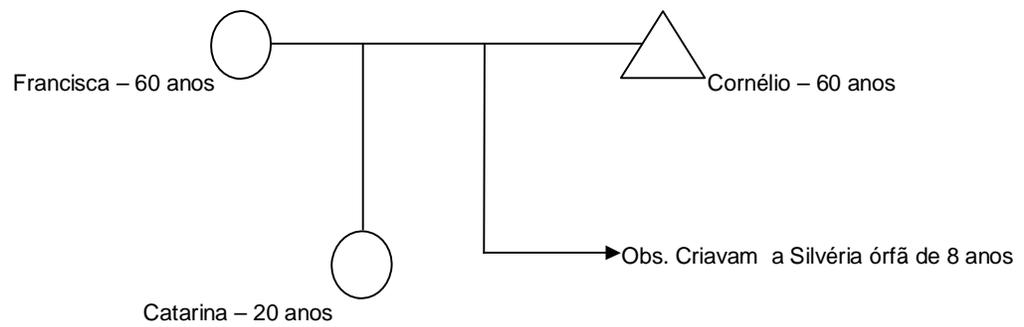
Joaquina – 25 anos

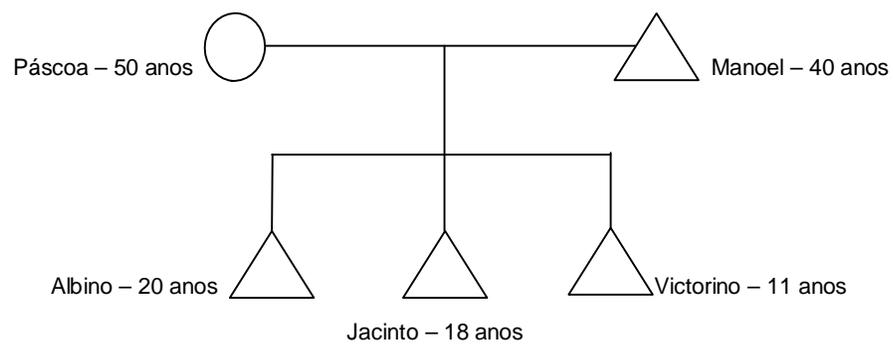
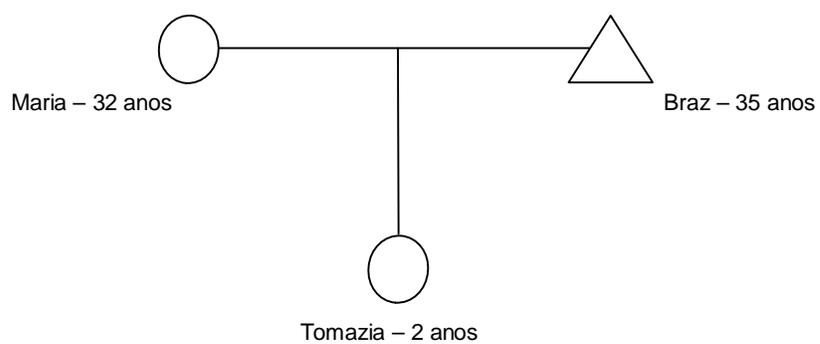
**Família – 20**

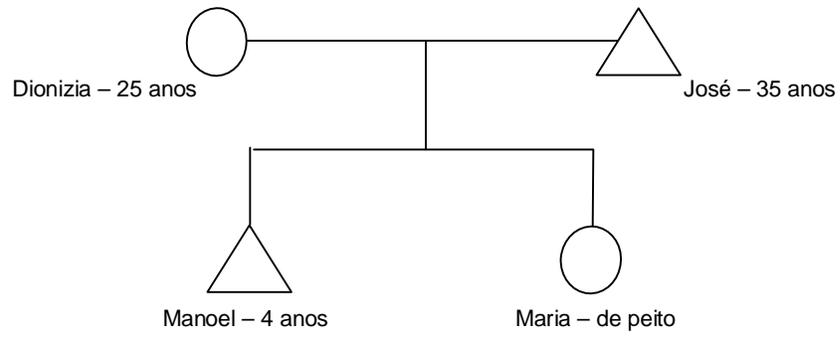
**Família – 22****Família – 23**

**Família – 24****Família – 25**

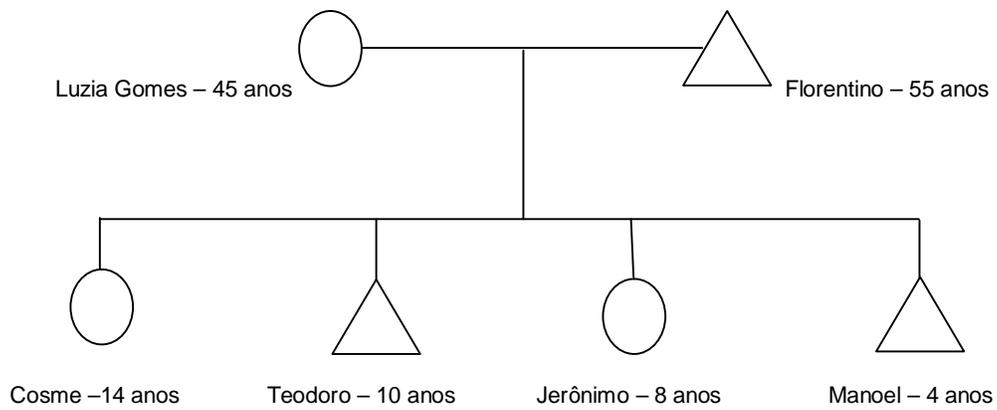
**Família – 27****Família – 28**

**Família – 30****Família – 33****Família – 34**

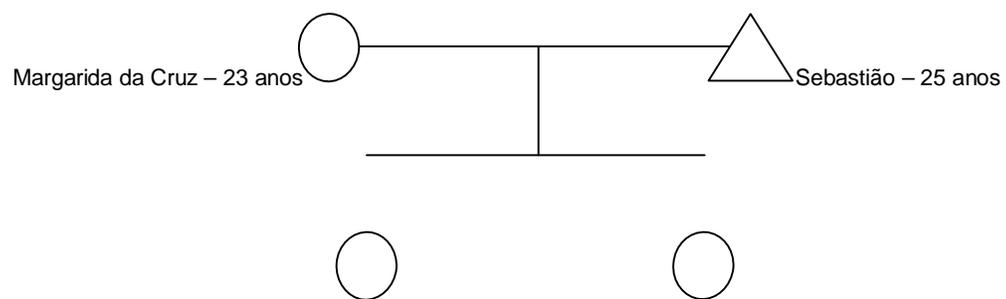
**Família – 35****Família – 36**

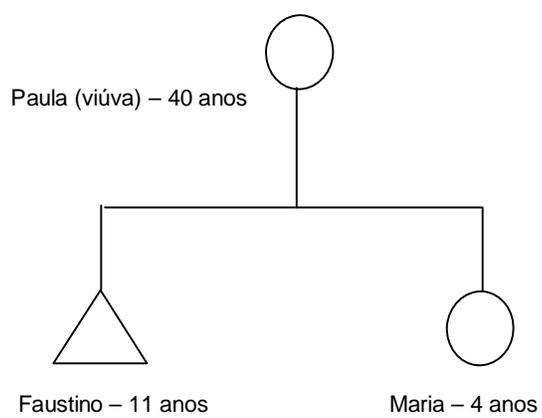
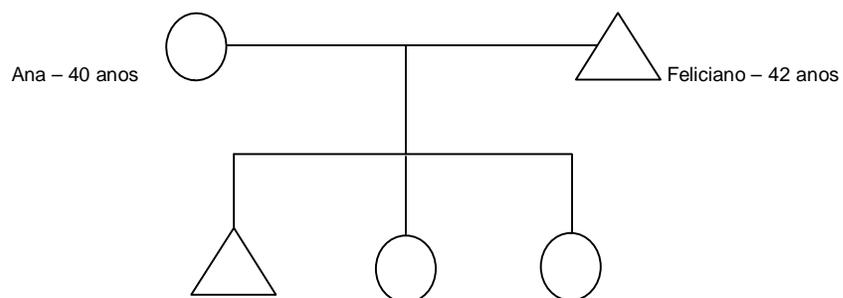


### Família – 37



### Família – 38

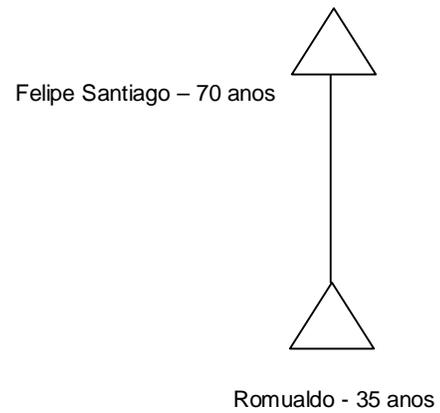


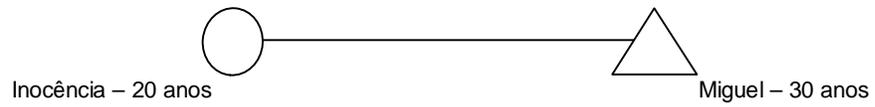
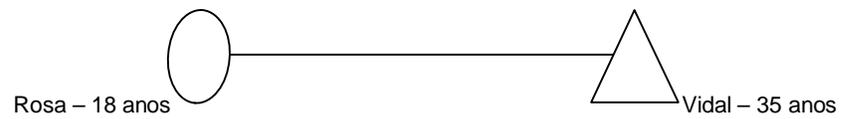
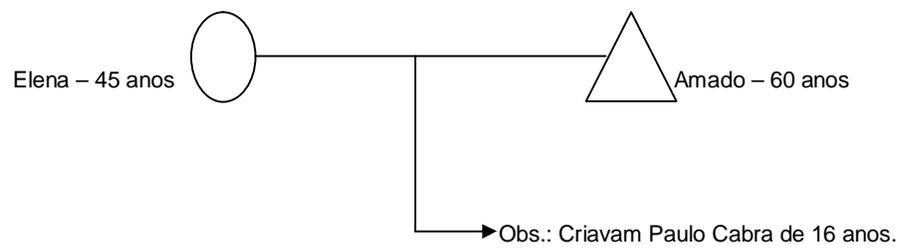
**Família – 39****Família – 40**

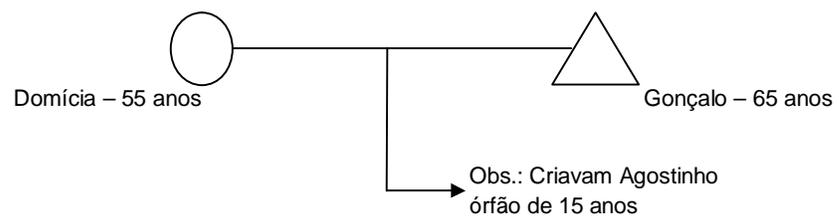
Laureano – 15 anos

Escolástica – 6 anos

Brizida – 9 anos

**Família – 41****Sem Descendência****Família – 2**

**Família - 9****Família - 12****Família - 21**

**Família – 26**

## CONCLUSÃO

O principal interesse deste trabalho foi demonstrar a importância da militância jesuítica para a evangelização fosse de índios ou negros nas terras da Capitania do Rio de Janeiro, mais precisamente em Macaé. Este trabalho também tem o foco na Europa, principalmente em tentar explicar as conjunturas por que passava o continente e a situação da Ibéria frente a essa nova ordem econômica, o capitalismo em formação, em especial em Portugal.

Convém destacar aqui a importância dos aldeamentos patrocinados por esses jesuítas no sentido de garantir a posse da terra, demonstrando a sua ligação com a coroa portuguesa. Essa ocupação da terra era garantida pelos aldeamentos, fazendas e colégios jesuíticos, percebendo-se o envolvimento dos religiosos com as questões que não diziam respeito aos objetivos da evangelização dos povos. E os choques com o Estado se aprofundaram, como foi a questão guaranítica.

Na segunda metade do século XVIII, as boas relações entre a Companhia de Jesus e a Coroa portuguesa começaram a se deteriorar, em especial devido à atuação de Sebastião José de Carvalho e Mello, o Marquês de Pombal, Ministro todo poderoso do rei D. José que fazia críticas à atuação dos jesuítas.

Destaque também para a importância dada pelos jesuítas ao conhecimento da fauna, flora e solo no sentido de encontrar meios, através da observação cuidadosa, que lhes era peculiar, no tratamento das doenças que afetavam as pessoas da Fazenda.

Não podemos perder de vista que esse processo se deu nos séculos XVII e XVIII e correspondia também a grandes mudanças conjunturais e estruturais por que passava a Europa, em especial na península ibérica. E Portugal que se manteve ainda como um império atlântico e mesmo a descoberta do ouro nas Minas Gerais, não conseguiu conter o processo de crise e decadência.

No que diz respeito à população escrava da Fazenda Jesuítica de Sant' Anna de Macaé, segundo o inventário de 1775 encontramos um grupo equilibrado numericamente com 112 homens e 105 mulheres, em um total de 41 famílias estáveis, com descendência em alguns casos até a terceira geração, mas ocorreu um hiato de 1759 a 1775, quando se deu o inventário dos escravos e a rematação da fazenda de Sant' Anna. Perguntas que praticamente ficaremos sem resposta nesse espaço de tempo de 16 anos. Em contrapartida dá para se notar um aumento significativo entre a população de menos de 1 ano a 15 anos.

Este quadro nos permite fazer algumas conjecturas sobre o isolamento em que ficou a comunidade de Sant' Anna e o fortalecimento da comunidade representada pelo crescimento da população mais jovem. Os gráficos nos permitem concluir que sim, houve uma comunidade escrava com famílias formando até três gerações e com famílias agregadoras. A citada Cópia Authêntica dos Autos de sequestro da fazenda de Macahé apresenta relação quantitativa dos bens apreendidos na Fazenda Jesuíta de Sant' Anna mas que nos permite uma série de pistas para pesquisas posteriores sobre a família escrava em Macaé e a questão da posse da terra. Nesse sequestro há indicação de um livro de batismo, casamento

e defuntos e outro de receita e despesa da Capela da Senhora Santa Anna. A busca desses documentos pode provocar grandes resultados na pesquisa histórica não só de Macaé, mas de toda a região da baixada litorânea.

Para encerrar destaco a importância desse trabalho que me possibilitou compreender melhor a Companhia de Jesus e sua atuação, disciplina e hierarquias, quero registrar aqui meu pensamento sobre os jesuítas e hoje no sentido de organização e persistência ao atingir seus objetivos. Impressionante como conseguiam manter a correspondência em dia com vários pontos da terra já no século XVI, eram cartas que poderiam ser divulgadas normalmente, cartas anuais reservadas e aquelas totalmente secretas.

## **FONTES E BIBLIOGRAFIA**

### **Fontes primárias impressas**

Cópia autêntica dos autos de seqüestro da fazenda de Macaé dos padres jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro – 1759. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Códice: 40,2,21A .

Petição feita pelo Revendo Padre Francisco Carneiro, Visitador da Companhia de Jesus de uma sesmaria para os padres jesuítas, em 18 de outubro de 1630., transcrição do traslado feita por Augusto de Carvalho, *In Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888, p. 328-329.

Foral sobre as terras existentes nos limites da cidade de São Sebastião ( do Rio de Janeiro ) , Transcrição do traslado feita por Augusto de Carvalho, *In Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888, p. 330-331. Auto de posse da sesmaria de Macaé.

Auto de posse da sesmaria de Macaé, cópia traslado feita por Augusto de Carvalho *In Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888, p. 331-335.

Auto de medição da sesmaria de Macaé, cópia do traslado feita por Augusto de Carvalho *In Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé*. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888, p. 335-340.

### **Fontes primárias manuscritas**

Traslado do inventário de 10 de julho de 1775. Arquivo do Ministério da Fazenda/RJ. Códice 81.20.23.

Traslado da rematação de terreno jesuítico na Fazenda de Macaé em 1776. Códice 81.20.23.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMANTINO, Márcia. *Povoamento, catolicismo e escravidão na antiga Macaé* (séculos XVII ao XIX). Amantino. Márcia, Rodrigues. Cláudia, Engemann Carlos, Freire, Jonis (Org.), Apicuri : Rio de Janeiro, 2011.

\_\_\_\_\_ *A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, a. 170, n. 443, p. 9-332, abr./jun. 2009.

ASSUNÇÃO. Paulo de. *Negócios Jesuíticos: O Cotidiano da Administração dos Bens\_Divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BLUTEAU, Raphael . *Vocabulário Portuguez Latino, áulico, anatômico, architectonico*. Casa impressora Collegio das Artes da Companhia de Jesus, Coimbra, Portugal, entre 1712-1728. Brasiliana da USP.

BOSCHI, Caio César. *Irmandades, religiosidade e sociabilidade In Minas Setecentista*. Belo Horizonte: Autêntica: Companhia do Tempo, 2007.

BOXER, Charles R. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_ *A Igreja Militante e a Expansão Ibérica, 1440-1770*; tradução de Vera Maria Pereira. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANABRAVA, A. P. *O Comércio Português no Rio da Prata ( 1580-1640 )*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1984.

CARDIM, Fernão. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. Belo Horizonte: E. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARVALHO, Augusto de. *Apontamentos para a História da Capitania de S. Thomé*. Campos; Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888.

CAVALCANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro Setecentista – A vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

COUTO, Jorge. *A Construção do Brasil. Ameríndios, Portugueses e Africanos, do início do povoamento a finais do Quinhentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL E DO BRASIL (ATÉ A INDEPENDÊNCIA) – Dirigido por Joel Serrão. Porto: Livrarias Figueirinhas, 1971.

DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500-1808 )- Direção de Ronaldo Vainfas. Rio de Janeiro. Editora OBJETIVA, 2000.

EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno - encontros culturais, aventuras teóricas*, UFMG

ENGEMANN, Carlos. *De laços de nós*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no cotidiano\_colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_ Família escrava e legitimidade. *Estratégias de preservação da autonomia, Estudos Afro-Asiáticos*, (23):113-131, dezembro de 1992.

FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c. 1790- c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*, 2ª Ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_ Bicalho, Maria Fernanda; Gouvêa, Maria de Fátima, (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa ( séculos XVI-XVIII )*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_ João e Gouvêa, Maria de Fátima. *Na Trama das Redes. Política e Negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil; História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

KLEIN, Herbert S. *Origens do sistema escravocrata americano. In A escravidão americana na América Latina e Caribe*. São Paulo, 1987, p. 11-32.

LAMEGO, Alberto. *Macaé à luz de documentos inéditos. In Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. IBGE, 1958, nº 11*.

LARA, Sílvia Hunold. 1. O Teatro do Poder *In Fragmentos Setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEITE S.J . Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil, Tomo VI (Século XVI\_– O estabelecimento)*. Edição Fac-Símile Comemorativa dos 500 Anos da Descoberta do Brasil. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

LUGON, Clovis. *A República Guarani*; tradução de Alcy Cheuyche. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil. – Ensaio Histórico, Jurídico, Social*. Petrópolis, Vozes; Brasília, INL, 1976.

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo. 4. Colaboradores e conspiradores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 199. p. 69-139.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da Escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, pp34-53.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal – História e historiografia*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

\_\_\_\_\_ *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates*. Pernambuco, 1666-1715. São Paulo: Ed 34, 2003.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e Universo Cultural na Colônia – Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG : 2006. PP. 213-238.

\_\_\_\_\_ PEREIRA, Isnara (Org.). *Escravidão, mestiçagem e histórias comparadas*. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edunesb, 2008.

ROCHA. Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

RODRIGUES, Jaime. *De Costa a Costa. Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*; tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVEIRA, Alessandra da Silva. *Sacopema, Capoeiras e Nazareth. Estudos sobre a formação da família escrava em engenhos do Rio de Janeiro do século XVIII*. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1997.

SLENES, Robert W. *Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família no Século XIX*. Revista Brasileira de História, v.8 nº 16, mar.88/ago, São Paulo.

VAINFAS, Ronaldo. *O Projeto Escravista-Cristão* In *Ideologia e Escravidão*. Capítulo V. Petrópolis; Vozes, p. 93-124.

\_\_\_\_\_ *Trópico dos Pecados. Moral e sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

\_\_\_\_\_ & MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.) *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009.